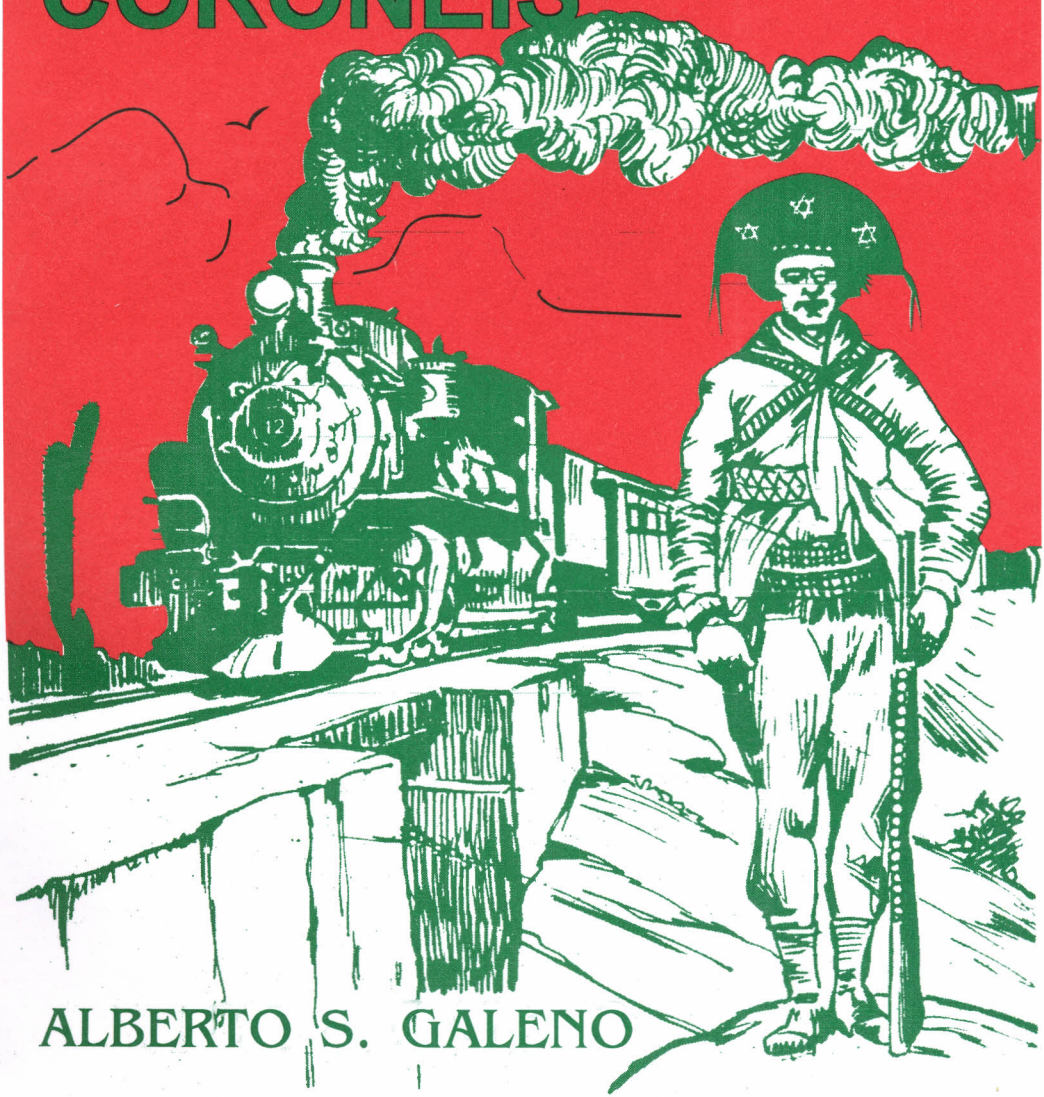
TERRITÓRIO DOS CORONÉIS



ALBERTO S. GALENO

Alberto S. Galeno

TERRITÓRIO DOS CORONÉIS

ZONA SUL DO CEARÁ
PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

2ª Edição

2ª Edição

Coordenação:
Francisco Lima Freitas

Impressão:
APEX Gráfica e Editora Ltda., 2000

Diagramação:
Juscelino Castelo Branco

G153t Galeno, Alberto Santiago
Território dos Coronéis / Alberto S. Galeno
Editora Henriqueta Galeno, 1988.
Fortaleza - Ceará

Capa: Rubens Azevedo.

1 – Ceará – História.
2 – Ceará – usos e costumes.
3 – Ceará – Política e Governo.
4 – Sociologia Política – I – Título.

(Nome Completo do autor: Alberto Santiago Galeno).

CDD: 981.31

UM CONCURSO DE HISTÓRIA DO CEARÁ

Alberto Santiago Galeno

Em princípio de 1985 inscrevíamo-nos em um concurso de História do Ceará, promovido pelo Núcleo de Documentação Cultural da UFC (NUDOC), e o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com a presente monografia, por nós denominada de Território dos Coronéis. Penetrávamos, desta forma, no terreno perigoso do latifúndio, com seus coronéis, cabras e cangaceiros, apontando-os e contando-lhes as façanhas. Nosso trabalho parece ter agradado a Comissão Examinadora. Tanto assim que decorridos alguns meses, recebíamos o seguinte comunicado:

Fortaleza, 23 de outubro de 1985

Ilmo. Sr.
ALBERTO SANTIAGO GALENO
Rua General Sampaio, 1128 – Fortaleza-CE

Prezado Senhor:

Tenho a satisfação de comunicar que o trabalho apresentado por V. S.ª ao NUDOC sob o título Território dos Coronéis, concorrendo ao Concurso História do Ceará, sob o patrocínio do Banco do Nordeste do Brasil S/A, obteve o primeiro lugar.

Comunico outrossim, que a Comissão Julgadora dos Trabalhos compunha-se das seguintes personalidades: Dr. Geraldo Nobre, Diretor do Arquivo Público do Estado, Professores: João Alfredo de Sousa Montenegro, Francisca Simão, Francisco Josênio Camelo Parente do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC e Teresa Maria Frota Haguette, professora e Coordenadora do NUDOC.

Aproveito o ensejo para parabenizar V. S.ª pelo excelente trabalho que realizou e para solicitar sua presença ao NUDOC até o dia 30 de outubro para obter informações sobre o dia da entrega dos prêmios, a ser determinado pelo órgão patrocinador- BNB.

Atenciosamente,

Teresa Maria Frota Haguette

O prêmio em dinheiro foi-nos pago com pontualidade, o que já não aconteceu com a publicação do texto, que era o que mais nos interessava. Ora, não havíamos escrito para as traças e os cupins. Pretendíamos ser lidos pelo povo, notadamente, pelos jovens em que depositamos fé e esperança, embora nos custasse caro. E foi o que fizemos, por conta e risco próprios.

Esgotada a primeira edição, eis-nos com a nova edição do **TERRITÓRIO DOS CORONÉIS**.

I

Um Espetáculo Sempre Novo: A Passagem dos Trens de Passageiros em Lavras da Mangabeira

O espetáculo embora repetido, era como se fosse inédito: a passagem dos trens de passageiros em Lavras da Mangabeira. A estação da ferrovia inchava de gente em tais ocasiões. Eram matutos chegados de longe, dos sítios e das fazendas de plantar e criar, todos ansiosos em "ver o trem correr na linha". Para eles nada de belo, de majestoso, para igualar-se ao espetáculo oferecido pelos trens da Rede Viação Cearense. Deleitavam-se em acompanhar a marcha das locomotivas sobre os trilhos, a fumaça subindo das chaminés e o apitar prolongado e forte troando até perder-se por entre o Talhado do Boqueirão. O espetáculo, na verdade, valia a pena ser visto. E, tanto valia que para assisti-lo ali se achava, de mistura com a gente dos matos, o grosso dos habitantes da cidade de São Vicente Férrer. Todavia, para as moças da sociedade local, as filhas dos coronéis e da pequena burguesia tão importante quanto "ver o trem correr na linha" era ver os rapazes que ficavam a cortejá-las. Ou tomar conhecimento através das passageiras da 1ª Classe, das modas em voga na Capital. Um novo corte de cabelo, ou um decote mais avançado, modas consideradas pecaminosas pelo conservadorismo da Igreja de então, (1) embora estivéssemos em pleno século XX, nos anos 30, e não em princípios do Século passado. Também as raparigas... Do outro lado dos trilhos, frente à Estação da RVC, podia ser visto o mulherio do Rabo da Gata, o gueto das mulheres perdidas. Elas também se consideravam filhas de São Vicente Férrer, o Padroeiro, sob cuja invocação nascera a

cidade de Lavras da Mangabeira. Tinham vindo mostrar suas atrações, arranjar um xodó, isso enquanto "o trem corria na linha". Havia, no entanto, personagens que embora figurando no espetáculo passavam desapercebidos. Por exemplo, os chapeados, carregadores da Estação de Ferro, Charuto, Cristóvão, Chico Preto, ao todo mais de dez, cada qual a transportar empilhados na cabeça três fardos de 60 quilos. A força de um cavalo, cento e oitenta quilos! Verdadeiros campeões olímpicos. Mas, afora a gratuidade do espetáculo, tinham os lavrenses suas dívidas para com a RVC. Ela havia-lhes proporcionado, anos antes, riquezas que nem mesmo as antigas lavras de ouro que deram nome ao lugar haviam-lhes proporcionado. A Estrada de Ferro, nos anos 20, transformaria Lavras em próspero empório comercial no qual viriam abastecer-se as cidades vizinhas, assegurando, durante anos, trabalho e riquezas aos naturais do lugar. Lavras da Mangabeira como é sabido, nascera em berço de ouro. Seu primitivo núcleo populacional surgira com a frustrada exploração aurífera, no ano de 1757. Proibida a lavra do minério, os aventureiros ali chegados transformaram-se em agricultores e pecuaristas, dando origem ao sistema feudatário que ainda hoje perdura na região.

II

Acontecimento Memorável: A Estrada de Ferro Chega em Lavras da Mangabeira – A Viagem do Primeiro Trem - O Território dos Coronéis

Aconteceu em 1917, no dia 3 de dezembro, a chegada em Lavras do primeiro trem da Rede de Viação Cearense. Entre os passageiros vinham as personalidades mais importantes do Estado, a começar pelo Presidente João Tomé de Sabóia. Estava, pois, inaugurada a Estação da ferrovia. Era o progresso, afirmavam os oradores, que estavam chegando ao interior do Ceará. A viagem foi considerada, na época, como verdadeira aventura. A locomotiva havia atravessado exatamente 491 quilômetros de latifúndios, distância que separava a cidade de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da cidade de São Vicente Férrer. Durante o percurso os passageiros iam descobrindo a panorâmica econômica e social da região devassada pela máquina. Aqui, os canaviais do Acarape, os cafezais de Baturité; ali, as fazendas de plantar e de criar de Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu. O criatório dos rebanhos, a lavra do algodão, do milho, da mandioca, da carnaúba, do feijão. Acolá, o Iguatu com suas lagoas, seus arrozais, cana de açúcar, gados e algodão. E, no meio desta panorâmica, os homens a cuidar das lavouras e dos rebanhos – em tempo de paz, trabalhadores do eito, meieiros e vaqueiros. Em tempo de guerra – cabras em armas. Moravam em casebres de taipa cobertos de palhas de carnaubeira, de cana ou de coqueiros. Trabalhava grande parte sob o sistema da meia e da terça, quando não, mediante salários reduzidos. Direitos? Justiça? Estavam na dependência dos donos da terra, os

coronéis latifundiários. Verdadeiros servos da gleba, considerados como moradores, vaqueiros, ou agrangentemente, cabras do coronel fulano ou do major sicrano. Em cada estação havia um coronel a espera do chefe, o Presidente do Estado. Alguns famosos, quase lendários, como o coronel Zequinha das Contendas, em Senador Pompeu, ou o Coronel-deputado Gustavo Lima, em Lavras da Mangabeira! E, se a estrada de ferro não findasse em Lavras, se chegassem os seus trilhos até o Juazeiro, então, maior seria o número de coronéis a espera de cumprimentar o Presidente. Estariam, certamente, a sua espera os manda-chuvas do Cariri (2) homens como os coronéis (3) Antônio Joaquim de Santana, de Missão Velha; Antônio Luís Alves Pequeno, do Crato; Pedro Silvino de Alencar, do Araripe; Romão Pereira Filgueiras Sampaio, de Jardim; Roque Pereira de Alencar, de Santana do Cariri; Antônio Mendes Bezerra, de Assaré; Antônio Correia Lima, de Várzea Alegre; Raimundo Bento de Souza Baléco, de Campos Sales; Padre Augusto Barbosa de Menezes, de São Pedro do Crato; Domingos Leite Furtado, de Milagres; Raimundo Cardoso dos Santos, de Porteiras; João Raimundo de Macedo, de Barbalha; Joaquim Fernandes de Oliveira, de Quixadá; Manuel Inácio de Lucena, de Brejo dos Santos. E à frente destes coronéis, o maior de todos eles, o Conselheiro e o Chefe dos coronéis, o Padre Cícero Romão Batista! Estes coronéis, a exemplo dos senhores feudais da Europa medieval, viviam em constantes guerras entre si, havendo entre eles, chefes poderosos (4), como os coronéis Domingos Leite Furtado, de Milagres, e José Inácio do Barro, os quais chegaram a comandar seiscentos cangaceiros, como ocorreu quando da tomada de Aurora, no ano de 1908. (5) Não havia paz na região sul do Ceará. Os

chefes políticos, cada qual dispondo de verdadeiro exército de cabras armados e de cangaceiros, guerreavam-se entre si por questões de terras ou de preponderância política. Por estas razões foi que se deu no ano de 1901 a deposição do Intendente Municipal de Missão Velha, (ou fosse, na época, o prefeito), Coronel Antônio Róseo Jamacaru, pelo seu adversário, Coronel Antônio Joaquim de Santana.(6) Já no ano de 1904 (29/06/1904), era a vez do Coronel José Belém de Figueiredo, deposto que fora pelo Coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, da Intendência do Crato. O ato se fizera com a participação de grande número de homens em armas, inclusive numerosos cangaceiros vindos de Pernambuco. Dois anos depois, (3/3/1906), era o Coronel Manuel Ribeiro da Costa quem seria deposto da Intendência de Barbalha pelo seu adversário, o Coronel João Macedo. (8) No ano de 1908, em Campos Sales, dava-se a deposição do Intendente Municipal, Coronel Cipriano Alves Feitosa, pelo Coronel Raimundo Bento de Souza Baléco (9). Todavia, nenhum ato de força até então registrado para comparar-se em vulto e rudeza ao ataque levado ao efeito contra a cidade de Aurora pelo famigerado Major José Inácio do Barro, nesse mesmo ano de 1908. Desentendimentos motivados entre outras causas pela demarcação das terras onde se achavam as minas de cobre do Coxá, de propriedade do Padre Cícero, fizeram com que o Coronel Domingos Furtado Leite, de Milagres, organizasse seiscentos cangaceiros e os pusesse sob o comando do indigitado José Inácio, com ordem de aniquilar a cidade a ser conquistada. Depois de várias horas de ferozes combates, os assaltantes lograram vencer aos adversários, seguindo-se o saque e a ocupação de Aurora durante longos meses (10).

Prosseguia a guerra dos coronéis com a deposição em 23 de janeiro de 1909 do Coronel Antônio Matias, Intendente Municipal de Araripe, e a morte do Delegado de Polícia Sabino Clementino, façanha da responsabilidade do Coronel Pedro Silvino (11). Estávamos ao tempo da oligarquia Acióli, quando o Cariri era como se fosse um Estado dentro de outro Estado, no caso o Ceará. Verdadeiro Território dos Coronéis. Aquele que lograsse vencer pela força das armas, podia considerar-se vencedor de fato e de direito, pois, o oligarca não iria destituí-lo do Poder e, mesmo que o pretendesse, certamente não disporia de condições para tanto. (12) Desejoso de por fim ao clima de guerra reinante no Cariri, o Padre Cícero fez reunir os chefes políticos da região, (ver a relação dos coronéis e dos respectivos municípios citados anteriormente), e submeteu à apreciação dos mesmos o famoso "Pacto de Harmonia Política" por ele elaborado e aceito sem tergiversação por todos os presentes. Referido documento, sancionado no dia 4 de outubro de 1911 em Juazeiro, pelos manda-chuvas da região, tinha em vista não só unificá-los na grei aciolina como levá-los a uma obediência cega ao Presidente do Estado, o Comendador Acióli. (13). Acontece que o mesmo Padre Cícero que se mostrara no ensejo tão cordado e moderado, convocaria três anos depois, (1914), os ditos signatários do referido "Pacto de Harmonia Política" para a derrubada do Coronel Marcos Franco Rabelo, Presidente do Estado. Nada menos de 5.000 cabras – entre jagunços e cangaceiros – foram por eles mobilizados e colocados sob o comando de Floro Bartolomeu da Costa, Pedro Silvino de Alencar, José de Borba Vasconcelos, Antônio Luis Alves Pequeno e outros, que contavam com a tolerância do Governo Federal. (14).

III

A Oligarquia dos Augustos em Lavras da Mangabeira - A Política Caririense - O Clã e suas Lutas pelo Poder.

Situada na Zona Sul do Ceará, nas adjacências do Cariri, Lavras da Mangabeira fazia parte deste pequeno reino do arbítrio e da violência que pelas suas peculiaridades, levando-se em conta, principalmente, os personagens nele atuantes, preferimos chamar de Território dos Coronéis. Uma família, desde os primeiros tempos do lugar, havia se destacado das demais, empalmando o poder político: os Augusto Lima! Já da metade para os fins do século passado Dona Fideralina, a matriarca do Clã, mandava e desmandava em Lavras da Mangabeira, colocando os filhos no Poder, ou dele apeando-os, conforme bem entendesse. Dona Fideralina, como verdadeira matrona sertaneja tivera muitos filhos, o que asseguraria através dos anos, uma numerosa descendência. Um dos filhos de Dona Fideralina, o médico Ildefonso Correia Lima, eleito deputado federal em várias legislaturas, seria um dos representantes do Ceará na Constituinte de 1893. Outro, o Coronel Honório Correia Lima, ocuparia por vários anos a Intendência de Lavras, ou fosse a Prefeitura Municipal. Até que entrando politicamente no desagrado de sua genitora, o Coronel Honório foi deposto da Intendência, sendo substituído por um de seus irmãos, o Coronel Gustavo Augusto de Lima. O ato teve lugar em fins de 1907, contando com a participação de grupos armados vindos dos municípios vizinhos, em cuja frente se encontrava a própria Dona Federalina.

Com a deposição do Coronel Honório surgiu a divisão entre os Augustos, ficando parte do Clã com o chefe deposto e parte com o novo mandão.(15) O acontecimento, como não podia deixar de ser, teve origem nas disputas políticas dos coronéis do Cariri, no

caso os coronéis Antônio Joaquim de Santana, de Missão Velha e Domingos Leite Furtado, de Milagres. Referidos mandões, como foi dito anteriormente, viviam em constantes lutas pelo domínio político da região, no que empregavam verdadeiros exércitos de cangaceiros. E Lavras, dado o seu posicionamento, tanto geográfico como político, fazia parte desta estratégia. Daí a deposição do Coronel Honório Correia Lima em 26 de novembro de 1907 e, como represália, a quase deposição em abril de 1910 do novo ocupante da Intendência lavrense, o Coronel Gustavo Augusto Lima, desta vez a mando de chefes políticos depostos, do vizinho município de Aurora, entre os quais, vários membros do clã dos Augustos. Entretanto, o chefe lavrense reagiu ao assalto, conseguindo depois de um dia de sangrentos combates por em debandada, o grupo de cento e cinquenta cangaceiros vindos de Caririaçu, sob as ordens de um certo Quinco Vasques.(16)

Mais uma vez vitorioso, o novo mandão de Lavras da Mangabeira passou a perseguir e a oprimir a quantos lhe fizeram oposição. Isso fez com que muitos do próprio Clã buscassem asilo em Fortaleza e noutras cidades do Ceará. Finalmente eleito deputado estadual, o Coronel Gustavo Lima terminaria assassinado por um seu parente e afilhado de nome Raimundo Aquino, fato ocorrido em Fortaleza, no primeiro dia do mês de fevereiro de 1923. Um ano antes, (9 de janeiro de 1922), um filho de Gustavo, o Coronel Raimundo Augusto Lima, na época Prefeito de Lavras, havia se empenhado em sangrenta luta com alguns de seus parentes e adversários, da qual resultara um saldo de três mortos e vários feridos. Afastado, temporariamente do cargo, o Coronel Raimundo Augusto logo retornaria à Prefeitura da cidade de São Vicente, na qual se revezaria com o seu irmão – o Coronel João Augusto Lima – dando continuidade a uma das mais prolongadas oligarquias já existentes no Ceará.

IV

Uma Revolução nos Transportes - Surge Um Empório Comercial – Os Coronéis - Suas Burras e Cavalos Marchadores - A Chegada da Estrada de Ferro à Zona Sul do Ceará

A chegada da estrada de ferro à Zona Sul do Ceará não provocava mudanças nos costumes políticos da sociedade dominada pelos coronéis – cujas bases encontravam-se no latifúndio – provocava, no entanto, verdadeira revolução nos meios de transportes e, consequentemente, o florescimento do comércio. Os coronéis continuavam lutando e até a se matar dentro dos próprios trans da RVC.(17) O que não impedia o desenvolvimento comercial das cidades atingidas pela ferrovia. Lavras da Mangabeira via-se, de repente, transformada em próspero empório comercial, cheia de lojas e de armazéns de fazendas e de ferragens, nos quais vinham abastecer-se os habitantes das cidades vizinhas. Os compradores de algodão do Iguatu e depois de Campina Grande, na Paraíba, não tardariam a chegar, disputando entre si, o principal produto da terra.(18) Apesar das brigas dos coronéis, do entravamento da produção dos latifúndios e da presença próxima dos bandos de cangaceiros, (19), despontara na cidade de São Vicente, um surto de progresso que somente desapareceria com o prosseguimento da Estrada de Ferro para Missão Velha e depois o Crato. Nos transportes, os comboios de burros e jumentos eram substituídos, vantajosamente, pelos vagões ferroviários. As mercadorias que um comboio de 50 animais, (5 toneladas), levaria um dia para transportar, um vagão ferroviário transportava em apenas, uma hora de viagem, (60 quilômetros).

Já não se viajava de liteira ou a cavalo, a não ser para os lugares por onde não passavam os trens de passageiros. Era o progresso que chegava a Zona Sul do Ceará, o Território dos Coronéis. Contudo, estes não se despojavam de suas burras e cavalos marchadores. Conservavam-os bem cuidados, dando-se a extravagância de banhá-los com cerveja nos anos de boas safras de algodão. E, nos dias de feira ou de festas da Igreja, saíram garbosos a esquipar pelas ruas e praças em suas montarias bem ajaezadas, para maior admiração da gente dos matos.(20)

V

Almoçando o Inimigo Antes Que Este o Jantasse - Raimundo Augusto Dá Combate a Lampião no Sítio Tipi e Antônio Ferreira Glosa o Episódio.

Entre os cometimentos atribuídos ao Coronel Raimundo Augusto figura o combate que este, frente a seus cabras, teria sustentado contra o bando de Lampião, no ano de 1927. Muito bem armado com os fuzis e os mosquetões recebidos de Floro para dar perseguição à Coluna Prestes, o famoso bandoleiro demorava no sítio Tipi, em Aurora, enquanto planejava o ataque contra Lavras da Mangabeira. A cidade de São Vicente Férrer com o seu comércio e as suas riquezas havia despertado a cobiça no temível cangaceiro, encorajando-o a praticar o saque. Já os donos do Tipi eram inimigos declarados do Clã lavrense. Então, por que esperar? Almoçar o inimigo antes que ele nos jante – decidiu o Coronel. E, assim foi feito. Sem perda de tempo, Raimundo Augusto reuniu seus cabras e arrojou-se de surpresa, sobre o bando

fascinoroso. Após breve combate, Lampião e os do seu bando fugiam, deixando no local da refrega armas, mantimentos e vários cavalos de montaria do bando, que não pudera conduzir. Dias depois, na propriedade do Coronel Antônio Joaquim de Santana, na Serra do Mato, onde o bando costumava esconder-se, (21) Antônio Ferreira, irmão de Lampião, recriminava em versos, ao som da sanfona, a imprudência do irmão: - Lampião bem que eu te disse/ Que deixasse de asneira/ Que passasse bem por longe/ De Lavras da Mangabeira/. (22)

VI
Coronel Gustavo, Modelo do Chefe Político da Época do Coronelismo.

Neste contexto, merece especial destaque a figura do Coronel Gustavo Augusto Lima, o substituto de Dona Fideralina à frente do Clã dominante em Lavras da Mangabeira. Era o Coronel Gustavo, o modelo do chefe político interiorano da época, arbitrário, combativo, absorvente. Como tal não admitia críticas a sua maneira de governar. Contam os contemporâneos que ele sempre lia nos jornais de Fortaleza, comentários que lhes fossem desfavoráveis, bradava entre dentes: - Ah, se eu pego este sujeito! Mandava que o passassem três vezes nas moendas do Pau Amarelo; (Pau Amarelo era o sítio do Coronel, dotado, entre outras benfeitorias, de engenho de bois para a moagem de canas de açúcar). Não sabemos, no entanto, se o manda-chuva de Lavras da Mangabeira chegou a cumprir alguma vez tão feroz ameaça contra este ou aquele de seus inimigos, que não eram poucos. Combativo e audaz,

Gustavo conseguira vários trunfos seguidos. Primeiro, derrotar ao irmão, usurpando-lhe a Prefeitura de Lavras. Depois, esmagar a invasão de Quinco Vasques, derrotando-o juntamente, com seus cangaceiros. Por último, eleger-se deputado estadual. Esta série de vitórias lhe abriu em seus momentos de aperturas. Assim aconteceu no ano de 1922, quando sentindo-se ameaçado de deposição pela tropa federal e, certamente não confiando na fidelidade e arrojo da polícia Militar, o Presidente recorreu aos chefes políticos interioranos seus correligionários, solicitando-lhes cabras comprovadamente dispostos e treinados no rifle para defendê-lo de um eventual ataque. Vieram muitos cabras para a defesa do Presidente, todos eles aquartelados nos porões do Palácio da Luz. Destes, os mais numerosos eram os cabras vindos de Lavras da Mangabeira, em cuja frente, se encontrava o próprio Coronel Gustavo. Manhã cedo ele saía a inspecionar a sua cabroeira , servindo cachaça, para que ficasse mais disposta ainda. (23) De outra feita – aconteceu ainda no Palácio do Governo – quando Justiniano de Serpa homenageava com um banquete os chefes políticos, seus correligionários. Na hora dos discursos, certo coronel sentindo-se inferior aos demais, se põe a humilhar-se de maneira vergonhosa. Que não sabia o motivo de encontrar-se ali, no meio de tantas personalidades ilustres, ele, um obscuro tabaréu, saído dos cafundós do Ceará. Quem era ele? E os seus? Os ouvintes sentiam-se incomodados com a auto-flagelação do chefe matuto. E, o pior era que ele não havia jeito de terminar. Até que lá para as tantas, o Coronel Gustavo levanta-se e forçando o orador pelos ombros ordena autoritário: - "Sente-se, meu amigo! Sente-se porque nós já não o suportamos!" (24) E o leguleio não teve outro jeito se

não sentar-se. Não seria de admirar-se esta sua façanha, uma vez que nem sequer o juiz da Comarca de Lavras escaparia da prepotência do Coronel. Conta-se que o Doutor Boanerges Viana do Amaral, embora casado, costumava adiantar-se nas conquistas amorosas. E que sem medir as consequências passara a cortejar certa senhora pertencente ao Clã. Ao tomar conhecimento da aventura, Gustavo chama o magistrado a fala, censurando-o duramente. Por fim, intima o Doutor Boanerges a deixar a cidade, pois não queria juiz garanhão na Comarca. E, deu-lhe o prazo para a retirada. Ele teria 48 horas para deixar a cidade.(25) O juiz ouviu e fez que não ouvia. Vencido o prazo, no momento em que o Doutor Boanerges, a mulher e os filhos sentavam-se para o almoço, foi notado que estavam a descobrir o telhado.(26) – Hei! gritou o dono da casa – aqui não temos goteiras! Deve ser no vizinho. Ao que responde gaiatamente um dos destelhadores: - É aqui mesmo, Doutor! Foi o Coronel Gustavo quem mandou fazer o serviço. O Coronel Gustavo terminaria assassinado por um seu parente e afilhado de nome Raimundo Aquino, em Fortaleza, no ano de 1923.

VII

O Maquiavélico Coronel Correia , de Várzea Alegre – A Violência Como último Recurso

Bem humorado, anedótico, jogador contumaz de gamão, o Coronel Antônio Correia Lima se tornaria mais conhecido por suas qualidades de espírito do que por outras quaisquer. Sabia ser maquiavélico, usando como armas a diplomacia e o riso. Isso, sem desprezar as armas convencionais

usadas costumeiramente pelos coronéis. Possuia seus cabras, não vacilando em recorrer à violência das armas como último recurso. Era mandonista, embora sem chegar aos extremos do seu parente, o Coronel Gustavo de Lavras da Mangabeira. Conta-se que certa vez indagara do seu compadre, o Tabelião Dudal, para que serviam as câmaras de vereadores. Ora, para ajudarem os prefeitos a governar! – teria respondido o notário: Ora essa! – redarguiu o manda-chuva. Então, eu para governar vou precisar de vereador? Na Várzea Alegre quem manda sou eu, e pronto! Temente das assombrações do Além, o Coronel Correia costumava emborcar as cadeiras à noite, antes de dormir. Isso, segundo dizia, para que as almas nelas não viessem se sentar... Meio surdo que era, o Coronel Antônio Correia parecia mais surdo ainda, sempre que não fosse do seu interesse o que lhe diziam. Um morador chega e pede cinco mil réis adiantados. O Coronel finge não ter escutado. De repente, o pedinte muda de opinião. Cinco mil réis não chegariam para as compras que pretendia fazer. Pede dez em vez de cinco. – Você ainda há pouco queria cinco – resmunga o Coronel. Agora já quer dez? Eu vou lhe dar cinco, antes que você me peça vinte.

Tendo recebido armas e munições do Governo Federal para dar combate aos revoltosos da Coluna Prestes, o chefe político de Várzea Alegre viu-se em aperturas depois da revolução de 30. Queriam por que queriam que ele devolvesse aquilo que alegava já ter devolvido. E, como persistissem as inquirições, ele resolveu viajar a Fortaleza para um entendimento com o próprio Chefe de Polícia, o Coronel do Exército Falconiére da Cunha. Em vão tentaram dissuadi-lo de tal propósito, tendo em vista tratar-se de verdadeiro ferrabrás

o Secretário do Interventor Carneiro de Mendonça. Ele correria o risco de ser preso ou de sofrer vexame ainda maior. Mesmo assim o Coronel Antônio Correia não se deixou intimidar. Veio a Fortaleza e enfrentou ferrabrás. – Você não me engana, matuto! – gritava Falconiére, encolerizado. Eu quero as armas da Nação! Ou você devolve ou eu lhe meto na cadeia! Mas, o chefe político atingido pela revolução de 30, tanto fez que o colérico Chefe de Polícia nem o meteu na cadeia e nem mais o aperreou pelas armas em questão. E, coisa inesperada: por último, terminaria ficando seu amigo.

Chefe de uma das mais antigas oligarquias da Zona Sul do Ceará, signatário do discutível "Pacto de Harmonia Política" sancionado em Juazeiro no ano de 1911 pelos coronéis da Zona Sul do Ceará, o Coronel Antônio Correia Lima conduziria vários dos seus descendentes aos mais altos cargos eletivos do Estado e da Federação. Destes, o que mais se sobressaiu foi Joaquim de Figueiredo Correia – seu neto – Deputado Estadual, Secretário de Estado, Vice-Governador do Ceará e, por último, Deputado Federal, posto no qual veio a falecer. Homem, como dissemos, de início, espirituoso, mais chegado à diplomacia do que a violência, o Coronel Antônio Correia Lima morreria já octogenário, em situação um tanto quanto risível. Ao contrário dos outros coronéis, ele morreu fazendo amor e não a guerra.

VIII

Cangaço e Folclore - Lampião Transformado em Defensor da Legalidade é Recebido Como Hóspede do Prefeito de Jardim - Outros Sucessos

Os habitantes da cidade de Jardim despertaram, naquela noite de janeiro de 1926, sob o impacto de inesperado espetáculo folclórico. Eram toques de harmônica que ecoavam vindos do patamar da igreja, seguidos do arrastar de pés que dançavam o xaxado e de vozes selvagens cantando a Mulher Rendeira, (27) toada muito do agrado dos sertanejos. O juiz chamou uma das empregadas e mandou saber do Prefeito o que estava acontecendo na cidade. – Diga ao Doutor – respondeu o Coronel Daudet (28) – que é Lampião que se encontra entre nós. Mas, que não tenha receio, porque ele vem em missão de paz. Vai ao Juazeiro, a chamado do Doutor Floro, defender o Governo, dos revoltosos. E continuou sentado como estava no sofá, tendo de um lado Lampião, e do outro Bom Deveras, o lugar-tenente do chefe bandoleiro. O espetáculo prosseguiu em meio da maior animação, agora engrossado pelos curiosos que tinham vindo ver de perto os cangaceiros a cantar e a dançar o xaxado. No dia seguinte, Virgulino Ferreira – o Lampião – reunia o seu bando formado de mais de cinquenta cangaceiros a cavalo e desfilava na praça principal de Jardim, ante os olhares surpresos da população, rumo ao Juazeiro do Padre Cícero. Antes, dera esmolas aos mendigos, enquanto seus cabras faziam compras no comércio. Na meca do padre Cícero, Lampião seria contemplado com a patente de Capitão Honorário do Exército Brasileiro, engendrado por um funcionário do Ministério da Agricultura, a mando do Patriarca.

Deram-lhe o que ele mais ambicionava: armas novas e farta munição. Agora, bem armado, bem municiado, e ainda com as honras de Oficial do Exército, (29) Lampião buscou sombra e água fresca. Encontrou-se com seus cabras nas propriedades dos antigos coiteiros, prontos para defendê-los de eventuais perigos. Que outros que não eles fossem para Campos Sales barrar a marcha da Coluna Prestes. Um ano depois, a cidade de Jardim pegava em armas para defender-se de Lampião e do seu bando. O cangaceiro havia aprisionado, em cima da Serra do Araripe, o filho de um fazendeiro, proprietário no município, exigindo um resgate de cinco contos de réis, e como este não foi pago, não teve dúvida em fuzilar o rapaz. Agora era "persona non grata", detestado por uns, temido por quase todos.

IX
Fugindo dos "Revoltosos" - A Travessia da Chapada do Araripe Rumo a Missão Velha – Outras Notas

Dias depois, da partida de Lampião, chegavam em Jardim as tropas governistas que vinham dar combate a Coluna Prestes. Eram elas compostas de batalhões da Polícia de São Paulo, tendo ficado aquarteladas na Praça da Matriz, onde armaram suas barracas. Mesmo assim, as autoridades e as demais pessoas representativas da cidade não se davam por seguras ante a ameaça dos "revoltosos". E, tanto era assim que logo debandariam em busca de Missão Velha, de Juazeiro e do Crato. Certa tarde, o Juiz de Direito reparava a movimentação das pessoas em retirada, umas a cavalo, outras a pé. E, entre elas, muito apressado, o Prefeito, o mesmo que antes recebera,

sem receios a Virgulino Ferreira, o Lampião. Ao avistar o magistrado, o Coronel Daudet não se conteve: - "O senhor ainda aí? Vamo-nos embora, Doutor! A cidade vai ficar deserta. Os revoltosos não tardam a chegar!" (30) E o juiz mais do que depressa chamou a mulher, os filhos e seguiu, juntamente com o Coronel Anchieta Gondim, seus familiares e outras personalidades do lugar, rumo a Missão Velha onde ficariam mais a seguro. Lá se encontravam aquarteladas as tropas do Exército. E, não muito distante, a cidade de Juazeiro, com o Doutor Floro e seus "batalhões patrióticos". A caminhada feita a cavalo foi das mais penosas. Era tempo de inverno e as estradas estavam enlameadas e cheias de mato. Teriam os fugitivos de atravessar a Chapada do Araripe para chegar a Serra do Mato, primeira parada, onde repousariam em casa do famoso Coronel Santana, para só depois continuar viagem para Missão Velha.

Foram horas de sofrimento para os fugitivos, acossados pelo pânico, a chuva e o frio. Até que, pela madrugada, conseguiu-se atingir o solar do Coronel Santana, na Serra do Mato. Era um casarão alpendrado, estilo colonial, cercado de enorme pátio. O Cel. Daudet adiantou-se aos demais, batendo na porta e chamando o manda-chuva pelo nome. Do lado de dentro, perguntaram quem batia, o que foi respondido, sem demora. Decorridos, alguns minutos, era o próprio Coronel Antônio Joaquim de Santana quem chegava cercado de cangaceiros para receber o amigo e correligionário, bem como, seus acompanhantes. Estavam os visitantes frente a um homem famoso, quase lendário, durante décadas um dos mais poderosos chefes políticos da Zona Sul do Ceará.

Estatura mediana, erecto, a cabeça grisalha, o

Coronel mostrava-se acolhedor e amável, como sucede com os nossos sertanejos. Cumprimentou a todos, mandando que entrassem, ao mesmo tempo em que lamentava o estado em que se achavam, encharcados de chuva. Pelos cantos da sala e ao longo dos corredores divisavam-se certos tipos que pareciam indiferentes ao que estava acontecendo em derredor. Eram os cabras do Coronel. Sentados em suas redes, nús da cintura para cima, os rifles entre as pernas, pescoços cheios de bentos, eles rezavam com muito fervor e devoção. No dia seguinte, seriam vistos a perambular, muito à vontade, entre os recém-chegados, carregados de cartucheiras e patuás, com seus rifles e punhais. A comandá-los estava Antônio Ferreira – irmão de Lampião – o qual se fazia assessorar de estranho tipo, alvo, louro, e de olhos azuis. Quem se divertia com a tropa do Coronel Santana era o Lucíulo, filho menor do Prefeito de Jardim. Ficava a pilheriar com os cabras, ora procurando tomar-lhes os punhais enormes, ora tentando rodar os ferrolhos dos mosquetões e retirar as balas. Já os cangaceiros, muitos deles caboclos jovens e fortes, também gostavam de gracejar. Houve entre eles, verdadeira explosão de risos, quando descobriram que a malota do Lourival, o seminarista, filho do Coronel Daudet, vinha cheia de rapaduras: – —Olha negrada – exclamavam a troçar, os livros do seu vigário. São todos de rapadura! – E gargalhavam a mais não poder.

Depois de um dia de repouso, na casa-fortaleza do Coronel Santana, tempo necessário para se refazerem das fadigas da viagem, os fugitivos prosseguiram em busca de Missão Velha, onde se demorariam até que passasse o perigo de um encontro com os "revoltosos". Quando retornaram a Jardim, os fugitivos encontraram tudo transtornado. Os

soldados durante a ocupação, haviam devastado os canaviais que cercavam a cidade. E, ao se retirarem, deixaram como triste lembrança, os animais que não lhes convinha carregar, burros e cavalos estropiados, cheios de pisaduras, e que para maior assombro, haviam-lhes cortado as orelhas e os rabos.

Agora, as cavalgaduras arrastavam-se pelas ruas, perseguidas dos urubus e apedrejadas pelos moleques, como verdadeiros fantasmas.

Padre Manuel Alcântara, o vigário, verberava contra a licenciosidade dos costumes, condenando que se cantasse um tango muito do gosto dos soldados, convidando para "dançar no largo passo do camelo".

X

O Doutor Floro e a Resistência aos Revoltosos da Coluna Prestes – A Formação dos 'Batalhões Patrióticos' – Os Coronéis, Seus Cabras e Cangaceiros na Defesa do Governo – Os Revoltosos no Ceará – A Epopéia da Coluna

Coube ao Doutor Floro Bartolomeu da Costa organizar, de ordem do Governo Federal, a resistência à Coluna Prestes no Ceará. A escolha veio provocar verdadeira polêmica nos jornais de Fortaleza, combatida com veemência pelo "O Nordeste" e defendida também com veemência pelo "Correio do Ceará". (31)

Então, por que o Doutor Floro? Ora, entregar ao assessor do Padre Cícero a defesa da legalidade, seria o mesmo que entregá-la aos cangaceiros. Pois, não fora o político em questão, quem à frente de um ajuntamento de cinco mil

jagunços, depusera, anos antes, ao Coronel Franco Rabelo, Presidente do Ceará! Não erraram os que assim afirmavam, vez que uma das primeiras providências de Floro fora convocar Lampião e o seu bando para a "defesa da legalidade". Sucede, no entanto, que a maior força de Floro e do sistema político-social por ele defendido, encontrava-se antes do latifúndio, nos coronéis e em seus bandos de cabras fortemente armados. E os coronéis latifundiários – como não podia deixar de ser – atenderam ao apelo do chefe juazeirense, colocando-se com sua cabroeira em defesa do Governo. De Lavras da Mangabeira, nos primeiros dias de janeiro de 1926, seguiram numa composição da RVC nada menos de quinhentos cabras armados e municiados, tendo à frente os coronéis Raimundo e João Augusto Lima. Também de Várzea Alegre, de Aurora, de Missão Velha, de todos ou quase todos os municípios da Zona Sul do Ceará seguiram combatentes para a formação dos discutidos "Batalhões Patrióticos" do Juazeiro. Referidas forças para-militares iriam secundar o esforço de guerra das tropas do Exército e da Polícia de São Paulo, embora lhes fossem numericamente superiores. Acontece que tanto uns como outros não ofereceram ao invasor a resistência que estava sendo esperada. Os rebeldes comandados por Luis Carlos Prestes, Siqueira Campos e João Alberto entraram no Ceará, atravessando as fronteiras com Pernambuco e o Piauí, quase não encontrando resistência. Apenas em Campos Sales, onde se achava o grosso das tropas governistas, e em Crateús – onde tombaram dois sediciosos – houve confrontação armada. Não que faltassem condições materiais aos defensores do Governo. A Rede Viação Cearense dava a conhecer em comunicado com data de 11/3/1926 (32) o montante dos recursos despendidos

em pouco mais de um mês – 19 de janeiro a 25 de fevereiro de 1926 – para o combate aos insurretos da Coluna Prestes. Eilos: 237 trens especiais para o transporte de forças legais, munições, víveres e animais, com um total de 686 vagões e com 27.861 quilômetros de percurso. Antes(9 de janeiro de 1926) "havia o Governo do Estado aberto o crédito de 200 contos de réis, para ocorrer as despesas com a manutenção da ordem pública". (33) A penetração dos revoltosos no Ceará teve início no dia 13 de janeiro de 1926, quando 132 homens sob o comando do Coronel João Alberto, depois de atravessar a fronteira piauiense ocuparam a cidade de Ipu. Três dias depois, o mesmo grupo de revoltosos atacava a cidade de Crateús, onde foi repelido pelas forças governistas, com a perda de dois homens em combate.(34) Todavia, a maior confrontação entre legalistas e revoltosos ocorreria no 22 de janeiro do referido ano, a sete léguas de Campos Sales, quando os comandados de Luís Carlos Prestes e de Siqueira Campos depois de enfrentarem as tropas formadas pelos "patriotas" de Floro, os soldados do Exército e da Polícia de São Paulo, avançaram sobre a região Central do Estado. Depois de zig-zaguearem, durante várias semanas pelo interior cearense, zombando das tropas governistas, levando o desassossego às populações sertanejas, os revoltosos da Coluna Prestes retiraram-se dando continuidade a caminhada Brasil afora. Que pretendiam eles? Quais os seus objetivos políticos? Uns românticos, na realidade, conforme reconheceria, tempos depois, o próprio Luís Carlos Prestes. Pretendiam, simplesmente, a derrubada do Presidente Artur Bernardes e a moralização dos costumes políticos no Brasil... Enquanto isso, nenhuma reforma de conteúdo social. Temiam, por estranho que pareça, o contacto com as massas

populares, receosos de que o movimento insurrecional adquirisse conotações de caráter socialista. Conseguindo tomar a Capital de São Paulo – o maior centro industrial da América Latina – não lograram estabelecer um governo. E, se não haviam conseguido em São Paulo, onde crescia uma nascente classe operária que já fazia sentir o seu peso, através de greves e de outras vigorosas manifestações de protesto, o que lhes restaria no interior do País, dominado pelos coronéis latifundiários, com uma população camponesa desorganizada e sem consciência de classe? Óbvio que estariam condenados ao fracasso, pelo menos, no campo político.

Entretanto, forçoso é reconhecer, o mesmo já não aconteceria no terreno militar. Neste campo, eles se mostrariam inexcedíveis. Lutando contra forças, em muito superiores, tanto em homens como em armas, enfrentando as hostilidades do meio físico, eles percorreram durante trinta meses, mais de cinco mil léguas de território brasileiro, sem que jamais fossem vencidos. Daí a auréola de lendas criadas em torno da Coluna Prestes. O mais notável, entretanto, seria a nova estratégia militar posta em prática, a mesma que asseguraria aos exércitos soviéticos alemães na 2ª Guerra Mundial: a guerra de movimento em vez da guerra de trincheiras. Escreveram – talvez sem pretensão – uma das mais belas páginas de heroísmo já vista no Brasil.

XI

Os Coronéis e a Distribuição da Justiça – A Triste Sina dos Juízes e Promotores da Justiça nas Comarcas Interioranas – Justiça, só para as Pessoas de Posse

Completando o mandonismo dos coronéis não faltaria a sua participação no próprio aparelho judiciário do Estado. Os chefes políticos eram decisivos na escolha dos juizes de Direito, promotores de Justiça e até dos desembargadores. Isso, mesmo depois da instituição dos concursos públicos. Ninguém seria nomeado sem a aprovação deste ou daquele coronel situacionista, fosse através da sua indicação pessoal, do deputado que o representava ou do partido político. Da mesma forma que a manutenção de juizes e de promotores nas comarcas. Desde que desagradassem por suas decisões aos manda-chuvas, seriam transferidos como castigo para outras comarcas.(35) Pior aconteceria ao magistrado, quando o chefe político dado por insatisfeito, "se achasse de baixo", isto é, politicamente decaído e afastado, portanto, das graças do poder. Ou, sendo situacionista, não quisesse apelar para os métodos convencionais mais frequentemente usados, - as transferências, etc, etc. - e sim para outras formas de violências mais severas. Neste caso, o magistrado seria assassinado, (36) desestabilizado mediante atos que pudessem desacreditá-lo, ou até mesmo expulso pela força das armas. Já nos julgamentos criminais, os chefes políticos agiam, preferentemente, junto aos conselhos de jurados, os quais deveriam absolver os criminosos seus recomendados. E de nada valeria o saber e a eloquência do representante do Ministério Público, as provas contidas nos autos, quando o acusado era protegido do manda-chuva local.

Seria, infalivelmente, absolvido.(37) Tanta certeza havia da absolvição, que os familiares do réu costumavam, no Cariri, preparar antecipadamente, as comemorações do evento, com o abate de porcos e perus, para os regabofes, e a contratação de sanfoneiros para as danças que se seguiam. O fato, como não podia deixar de ser, representava um ultraje, tanto à memória da vítima como aos parentes desta, os quais haveriam de revidá-lo na primeira oportunidade, aplicando no caso, a lei do dente por dente, olho por olho. Enquanto isso, no Cível a organização judiciária concorreria para agravar ainda mais a situação das partes desfavorecidas da fortuna. Haja em vista os casos de turbação de posse. Os juizes somente julgariam as demandas, mediante requerimento feito através de advogado, com custas de Cartório e tudo o mais a ser pago pela parte interessada no litigio.(38)

Mas, como fazê-lo se a parte era carente de recursos? Neste caso, só restaria a manutenção da posse através da força. Se algum proprietário avançava na terra do outro, que este reagisse restabelecendo as cercas destruídas, fazendo por meio da força, valer o seu direito de posse.

Era a violência contra a violência, com resultados geralmente funestos. Estes senões da Justiça faziam com que os matutos pobres nela não acreditassem, acusando-a de inoperante, tendo por fim só assegurar os privilégios das classes abastadas.

XII

Conceitos de Honra no Meio Social Interiorano – As Punições – O Rabo da Gata – O Viver das "Raparigas"

Sexo e honra confundiam-se no meio social do qual nos ocupamos. Prevaricar, ao homem casado não constituía nenhum desdouro. Pelo contrário, era tido como sinal de macheza ter mais de uma mulher e muitos filhos, fossem legítimos ou bastardos. Isto era "ser macho como o preá", o roedor tomado como símbolo da fecundidade masculina. O mesmo, entretanto, já não era admitido para com a mulher casada. Esta, se prevaricasse, estaria cometendo a maior das afrontas ao marido, verdadeiro crime, somente punível com o derramamento de sangue. – A honra se lava com sangue – proclamavam os justiceiros. E, ai de quem ousasse desobedecer o ditame tradicional, do marido que levado por motivos sentimentais, poupasse a adúltera da ponta da faca ou da arma de fogo! Seria acoimado de corno, epíteto por demais afrontoso aos machões. Cairia, irremediavelmente, no conceito dos outros homens, que jamais dispensariam respeito a um "chifrudo." Também nos casos de sedução. A mulher desvirginada, desde que o sedutor não reparasse o dano moral, casando-se legalmente, era tida como desonrada. E o que era mais grave: o fato representava verdadeira desfeita à família da vítima. Neste caso, os irmãos, o pai e até parentes mais distantes da ofendida, achavam-se moralmente forçados a castigar o responsável pelo ultraje, assassinando-o, ou, quando não – o que era menos frequente - emasculando-o . Acontece que mesmo castigado o sedutor, a ofendida dificilmente, encontraria com quem casar-se na Igreja ou no Cível. Ninguém

se arriscaria a casar-se com "moça desonrada". Todavia, não lhe faltariam propostas para uma amancebação. Noutros casos, os pais de família dando-se por desgostosos com as filhas em falta, expulsavam-nas de casa, "para que o erro não servisse de exemplo". Estava dado, pois, o primeiro passo no caminho da prostituição. Um inferno – o pior dos infernos – o viver ao qual se achavam condenadas as meretrizes ou putas, também chamadas, contraditoriamente, de mulheres livres, raparigas, mulheres da vida e de mulheres do mundo. Como ser livres, quando lhes negavam todo e qualquer direito, até mesmo a liberdade de ir e vir? Moravam as raparigas em lugares isolados do convívio social, verdadeiros guetos. A polícia vigiava-lhes os passos e os vigários condenavam-nas, ainda em vida, às penas eternas do inferno. Como se já não bastasse o inferno em que viviam.

O conceito social destas infelizes, como não podia deixar de ser, era o mais degradante, bastando dizer que alguém, quando pretendia insultar ao contendor, chamava-o de filho da puta. Os filhos de mulheres solteiras, porém não prostituídas, eram chamados de "filhos da moita", alusão, certamente, aos locais onde haviam sido gerados. Mas, não ficava aí. O sexo continuava a fornecer elementos para a obscenidade matuta, desta vez, tomando-se como objeto as deformações causadas ao aparelho genital feminino pelos excessos do coito. Os moleques insultavam as mães uns dos outros, chamando-as de arrombadas, quengas e de cuias. Em Lavras a "zona das raparigas" ficava à margem de uma estrada carroçavel e tinha o nome de Rabo da Gata. Exercendo o malfadado mister encontravam-se algumas dezenas de mulheres, na maior parte contaminadas de doenças venéreas – "doenças do mundo" –

conhecidas dos matutos por nomes os mais esquisitos. Se não, vejamos: esquentamento(blenorragia); capim(?) ; mula (denite); cavalo (cancro); cavalo-de crista (cancro mole). Que não se veja diante de tal nomenclatura, nenhuma malquerença dos sertanejos pelos bichos de seu criatório. Muito pelo contrário. Pois os rapazes matutos eram mais afeiçoados às mulas, cabras, ovelhas, jumentas e garrotas do que às engalicadas raparigas do Rabo da gata. Quando maior era a crise no comércio do sexo, algumas das raparigas procuravam sobreviver trabalhando na roça. Havia no Rabo da Gata uma lésbica, conhecida por Maria Grande, a qual gozava da fama de superar no manejo da enxada aos mais respeitados trabalhadores agrícolas. (41) Numa sociedade machista, como a da região em foco, desconheciam-se os casos de pederastia. Havia, sim, mulheres-homens como Maria Grande. Homens-mulheres, se os havia eram pouco conhecidos.

XIII
No Latifúndio, o Berço do Coronelismo – Primeiro, as Sesmarias; Depois as Patentes da Guarda Nacional

Falamos dos coronéis, de suas bravatas, de sua participação nos acontecimentos políticos e sociais do Ceará – notadamente da Zona Sul – mas não falamos de sua base de sustentação: o latifúndio! Na verdade foi a má distribuição da terra feita através das Sesmarias, quem deu origem a este tipo medieval que é o coronel latifundiário. Com as Sesmarias surgiram o monopólio da terra e os seus donatários, os latifundiários. Depois, vieram as patentes de coronel e de

major, conferidas pela Guarda Nacional. Entendemos que a propriedade latifundiária deve ser considerada, não apenas pela sua extensão, mas, principalmente, pelos métodos empregados em sua exploração. Aqui, o proprietário de terras, diferentemente do patrão capitalista, não se apresenta como um simples empregador – um comprador da mercadoria-trabalho – mas como um senhor absoluto da sorte do trabalhador, da força de trabalho deste verdadeiro servo da gleba. Nota-se ainda na propriedade latifundiária, a ausência de modernos instrumentos de produção: máquinas, principalmente. Quanto a forma de pagamento do trabalho, esta nem sempre é feita através da moeda, mas, na maior parte das vezes mediante mercadorias que são despachadas pelo barracão, (42) de propriedade do dono da terra ou de seus afins. Nas décadas de 1930 e 1940 em Lavras da Mangabeira e nos demais municípios da Zona Sul do Ceará, os trabalhadores do eito, ganhavam entre 1$500 rs. (mil e quinhentos réis) e 2$00 rs. em troca de jornadas de 12 horas de trabalho. Direitos? Justiça? Estavam na dependência absoluta dos donos da terra. Podiam ser despedidos dos sítios e fazendas, sem qualquer recompensa pelos benefícios prestados, desde que assim entendessem os donos da terra. – Morador é como pau de porteira de curral – afirmava o Coronel Antônio Gomes, latifundiário no município de Milagres – para concluir: não prestou se joga fora. Embora privados de direitos, aos "moradores" era imposto um sem número de deveres. Não podiam trabalhar para nenhum outro proprietário, a não ser para o dono da terra onde moravam. Os donos de sítios e de fazendas exigiam dos moradores três dias de serviço remunerado por semana, diárias estas que poderiam ser

elevadas para cinco e até mais desde que se fizesse necessário, como por ocasião das moagens nos engenhos de rapadura, ou das limpas de plantações durante o inverno. A jornada de trabalho, com duração de 12 horas, estendia-se das 6 de manhã às 6 da tarde, com breve interrupção para o almoço, feito no próprio local de trabalho. As mulheres e os menores recebiam metade dos salários pagos aos homens, embora exercendo as mesmas jornadas de trabalho. Havia ainda o trabalho gratuito – os adjuntos – prestados de maneira coletiva nos casos de emergência. (42) Explorados como uns brutos, os "moradores" dos coronéis levavam existência de animais, habitando em palhoças de chão batido, cobertas de palhas de palmeiras, de cana ou de arroz , andrajozos e cheios de doenças. Já no arrendamento de terras para o cultivo dos gêneros de subsistência – o feijão, o milho, a mandioca, o arroz – feito geralmente com a duração de dois anos, predominava o sistema da meia e da terça, ficando o arrendatário obrigado a plantar em meio das leguminosas algodão arbóreo para o latifundiário. Este, além da metade ou da terça parte da produção, ficava ainda com direito as pastagens para o gado. Acontece que o contrato feito entre as duas partes, feito nunca por escrito, mas verbalmente, era quebrado por parte do latifundiário sempre que este se visse sem pastagens para os seus rebanhos. Então, soltava os gados dentro da roça do arrendatário, pouco ligando para os prejuízos ocasionados ao rendeiro. Alguns destes senhores ainda acordavam em dar uma compensação ao prejudicado, fosse de quanto fosse. Outros que nem sequer isso faziam. Coisas próprias do regime dos coronéis.

XIV

Manuel Antônio de Aquino – Pregoeiro da Liberdade em Lavras da Mangabeira

Em meio ao clima de pressão e terror dominante em Lavras da Mangabeira, um homem ousava falar em liberdade, em democracia, condenar os abusos dos poderosos, indeferente aos perigos a que estava se expondo. Era o lavrador Manuel Antônio de Aquino, pequeno proprietário de terra no sítio Calabaço, onde morava e trabalhava na companhia dos irmãos. Autodidata, ele se educara lendo os principais jornais de Fortaleza, verdadeiras escolas de politização popular. Lia e relia atentamente os editoriais da folha do seu Partido, a "Tribuna". E de outros órgãos como "O Povo", de Demócrito Rocha, e "O Ceará", de Matos Ibiapina. Deixava-se empolgar com as leituras. E, sem olhar para os riscos a que ficava sujeito, saía a proclamar a toda gente, a exemplo do pregador bíblico, a condenação aos opressores do povo. Os agentes do situacionismo local procuravam ridicularizar o agitador social chamando-o de papagaio. Os coronéis, no entanto, ou porque Manuel Antônio não oferecesse perigo a sua dominação ou porque reconhecessem nele um idealista, o fato é que não o incomodavam. Era Manuel de Aquino homem de estatura mediana, magro, sanguíneo, vibrátil e eloquente. Vestia roupa cáqui, botinas e gravata vermelhas. No bolso, enorme lenço da mesma cor. Sua grande vaidade, costumava dizer, era ter passado quarenta anos na oposição, combatendo os desmandos dos governantes da "Pátria Velha". Desprezava os trânsfugas, comparando-os com os cavalos que haviam passado por muitos donos, cheios de marcas de ferro em brasa pelo corpo. Quando

em 1926 a Coluna Prestes penetrou no Ceará, Manuel Antônio de Aquino juntou o pequeno gado do seu criatório – ao todo cinco ou seis cabeças, entre bois e vacas – e ficou a espera dos revoltosos. Queria oferecer-lhes lauta refeição. Mas, para frustração sua a Coluna Prestes não passou em Lavras da Mangabeira. Participou nosso herói da campanha da Aliança Liberal, em 1929, tendo discursado em comícios realizados em Missão Velha, Juazeiro e Crato. Ao ouvi-lo Frei Marcos Pena, um dos caravaneiros, afirma exultante: Se tivéssemos dez homens como este a Revolução estava vitoriosa no Estado! E quando os soldados do 23º Batalhão de Caçadores amotinados em Souza, na Paraíba, marcharam sobre Lavras da Mangabeira, Manuel Antônio foi recebê-los entre vivas e discursos na entrada da cidade. Acontece que o idealista, o liberal Manuel Antônio de Aquino logo se desencantaria com os governos ditos revolucionários, a começar pelo governo do chefe do seu Partido, Doutor Fernandes Távora, alçado à Interventoria Federal. Pois estavam a repetir os mesmos erros e abusos cometidos na chamada "Pátria Velha". Onde a Liberdade? Onde a Democracia? A Questão Social continuava a ser considerada como um caso de polícia. Em Fortaleza, durante a interventoria Fernandes Távora, vinte e um dirigentes operários e sindicais, entre eles uma mulher chamada Luísa Costa, eram presos e deportados sob a falsa acusação de pretenderem assassinar o Arcebispo Dom Manuel da Silva Gomes. Na verdade o que eles haviam tentado realizar fora uma passeata contra a fome e o desemprego no Ceará. Mas, igual ou pior do que o Doutor Fernandes Távora faria o continuador, o Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, ordenando a invasão do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos e o espancamento de quantos lá se

achavam a debater problemas do interesse da categoria. E, como se não bastasse, o cerco e a tentativa de prisão do destemeroso Jornalista Júlio de Matos Ibiapina, Diretor de "A Nação", o único jornal de Fortaleza que se atrevera a denunciar a arbitrariedade. Tudo isso deixava desencantado da revolução de 30 ao destemeroso defensor das liberdades democráticas em Lavras da Mangabeira. Desencanto maior o acometeria durante a organização do Partido da Revolução – o Partido Social Democrático (PSD) – e da escolha dos postulantes às eleições de 1934. Esqueceram o velho lutador. Para os cargos, tanto no diretório partidário como dos pleiteantes às eleições estadual e municipal foram apresentados adesistas de última hora. O que valeu foi a condição social do candidato e não o passado político – Segurar a cabra para os outros mamarem... Eu? Nunca mais! – dizia num desabafo o sitiante do Calabaço. Manuel Antônio morreu sexagenário, em junho de 1936. Seu coração vinha diminuindo o número de batidas. Extertorava estendido numa rede, que era balançada pela irmã. Véspera de São João. Na vizinhança explodiam bombas e foguetes. A cada estrondo o moribundo estremecia assustado. Pela madrugada o coração do velho lutador parou de uma vez.

XV

Estranha Forma de Desestabilizar as Oligarquias – A Nomeação de Prefeitos Forasteiros – O Tenente Barreira, uma Exceção

Agora estávamos na "Pátria Nova", que era como chamavam o regime imposto com a revolução de 1930.

Os Interventores Federais tentavam a sua maneira desestabilizar as oligarquias sertanejas, nomeando para as Prefeituras interioranas gente nova, trazida de fora, para substituir aos coronéis depostos. Lavras, neste tocante foi de sorte. Seu primeiro gestor seria o Padre Raimundo Augusto Bezerra, homem morigerado, carinhosamente chamado de Padre Mundoca pelos seus paroquianos. Figurando entre os dissidentes do clã dos Augustos, Padre Mundoca não era de perseguir a quem quer que fosse. Logo seria substituído na Prefeitura pelo Tenente José Pinheiro Barreira, um militar reformado vindo de Jaguaribe-Mirim. Este, por sua vez, se conduziria não só como um pacificador como, em muitos casos um verdadeiro juiz. Quando em julho de 1932, o Coronel Raimundo Augusto assassinou ao Tenente Veríssimo Gondim, o Tenente José Barreira com risco da própria vida levantou o cerco policial que se fazia à casa do homicida, prendendo-o e recolhendo-o à cadeia pública. Evitara, desta forma, a eclosão de uma tragédia maior. Antes, solicitara ao Juiz de Direito, Doutor Antônio Galeno, que dirigisse a distribuição dos gêneros alimentícios mandados pelo Governo Federal para serem distribuidos com os flagelados da seca, pois não desejava que o acusassem de cometer injunções. O Doutor era juiz; ele, um político investido nas funções de administrador. Temia

ceder às exigências dos correligionários, privando da ajuda governamental aos flagelados, moradores dos coronéis depostos. Entendia que flagelado era flagelado e como tal devia ser tratado. Tenente Barreira deixou em Lavras um marco imorredouro de sua passagem como administrador. Utilizando a mão de obra dos flagelados da seca de 1932 fez construir no leito do Salgado, frente a cidade de Lavras, uma barragem de pedra e cal que ainda hoje presta benefícios aos lavrenses, assegurando-lhes água com suficiência até mesmo durante as secas que se seguiram a calamidade de 1932. Todavia, o Tenente José Barreira foi uma exceção, porque a maior parte dos edis forasteiros – estranhos ao meio e ao povo – pouco ou nada realizaram de aproveitável. Eram, na maior parte das vezes, pessoas carentes de emprego que souberam aproveitar a oportunidade oferecida pelo Capitão Carneiro de Mendonça, tornando-se administradores por força de decretos-leis. Alguns deles eram criaturas alegres e desportivas – tipos desses que hoje costuma-se chamar de "plays-boys" – levando vida de príncipes e nunca de austeros ditadores, a exemplo dos antigos prefeitos, os autoritários coronéis latifundiários que haviam feito época na renegada "Pátria Velha".

Em Aurora fez época na Prefeitura local o desportista João Teófilo, grande incentivador do futebol e das corridas de cavalos. João Teófilo premiou a meninada das ruas ofertando-lhe material esportivo, ao mesmo tempo em que fundava vários times de pelada. Era considerado um benemérito pela gurizada, que sentiu a mais não poder, quando o edil, depois de um desentendimento com os comerciantes locais, viu-se obrigado a deixar a Prefeitura. Outro que não lhe ficava atrás era o estudante Américo Barreira, nomeado para a Prefeitura de

Várzea Alegre. Américo que era amante da equitação, percorria a galope, diariamente, as ruas e os subúrbios do antigo feudo do Coronel Antônio Correia, montado no seu árdego "Dragão de Fogo". Ao avistá-lo, os varzealegrenses cumprimentavam-no alegremente: salve o príncipe! Américo, afora o título de Prefeito de Várzea Alegre que lhe conferira por decreto o Interventor Carneiro de Mendonça e de Príncipe atribuído pelos munícipes, possuía um outro que não constava nos papéis oficiais: o mais jovem Prefeito do Brasil! Pois, na época de sua investidura ele não contava sequer vinte anos de alegre existência.

XVI

A Morte que não Houve do Coronelismo – A Sobrevivência do Latifúndio – Os Coronéis de Ontem e de Hoje

Veio a Revolução de 30 e muitos pensaram haver chegado ao fim do coronelismo. Na verdade o sistema institucional que se seguiu representou um golpe contra certos privilégios destes remanescentes feudais. Desarmou-os. Os coronéis viram-se privados de seus exércitos de cangaceiros. As leis trabalhistas diminuíram as jornadas de trabalho no campo de 12 para 8 horas. Os trabalhadores rurais viram-se contemplados com certos direitos sociais existentes, pelo menos na forma da lei. Todavia, não se ousou bulir na base do Coronelismo: o latifúndio! Este permanece intocável através dos anos, fato que tem assegurado a continuidade do sistema, embora os novos donatários de terras no Ceará nem sempre usem as velhas patentes de coronel e de major, criadas pela

Guarda Nacional. São doutores, homens do Comércio e da Indústria que estenderam seus poderes ao latifúndio, dando-lhes novas conotações, conservando-lhe, no entanto, a forma e certas peculiaridades como, o tipo de arrendamento de terras através da meia e da terça, embora as leis que regulamentam o INCRA – a Entidade Oficial – assim não permitam. Surgiram no campo as técnicas agrícolas modernas, com a implantação de máquinas e do financiamento agrícola pelos bancos.

No Cariri, os engenhos de rapaduras foram substituídos pelas usinas de açúcar e de álcool. Noutras regiões do Estado as culturas tradicionais cederam lugar às culturas do caju e do maracujá. Culturas de exportação. Todavia, no que não se tocou foi no monopólio da terra. Os descendentes dos primitivos habitantes da região – caboclos, mais os negros e cabras – continuam privados de sua posse, embora a propaganda em contrário dos órgãos oficiais ditos de Reforma Agrária. Estes mesmos servos da gleba já não desempenham o papel de cangaceiros, mas o de eleitores, mandando para os parlamentos os novos coronéis, beneficiários dos incentivos da SUDENE e do Banco do Nordeste. A indústria do voto tornou-se empreendimento tão lucrativo quanto o criatório de bois e de outros animais de corte. As burras e os cavalos marchadores cederam lugar aos automóveis de luxo. E as sentenças de morte já não são executadas pelos cangaceiros e cabras treinados no sistema antigo, mas por pistoleiros sofisticados, dentro da melhor técnica do gangsterismo norte-americano.

XVII

Entrada do Ano Novo de 1932 em Lavras da Mangabeira – Prenúncios de Seca – As "Experiências" dos Matutos

Por ocasião da entrada do Ano Novo de 1932, a cidade de Lavras da Mangabeira enchera-se mais uma vez de forasteiros. Os matutos dos sítios e das fazendas tinham vindo assistir a missa do Padre Mundoca e antes devertirem-se tomando a sua pinga ou apostando seus cobres na roleta e no caipira, pecados veniais dos quais poucos escapavam. Entretanto, notava-se entre eles uma incomum preocupação, notadamente, quando o Aracati aparecia soprando forte, formando verdadeiros redemoinhos. Preocupação com o tempo. Ventania nessa época do ano, segundo suas "experiências" era mau agouro. Sinal de seca. E punham-se a recordar anos de calamidade climática precedidos daquele sinal. Outros contavam suas "experiências", todas desanimadoras. E, como eram meticulosos, sábios e perscrutadores neste particular os beradeiros do rio Salgado! Havia uma sistemática empiricista em torno das secas e dos invernos, na qual eles acreditavam piamente. Desta ciência constavam os bichos, as plantas e certos sinais meteorológicos, tais como, a posição dos astros, as manchas solares e, ainda, o aparecimento das ventanias em tempo de chuva. Ou porque lhes sobrasse tempo, ou porque fossem as secas, o flagelo que mais atemorizava, o fato é que passavam eles, a maior parte do ano, entregues a tais especulações. De sorte que, os gatos-maracajás apresentavam-se com muitas crias; se o joão-de-barro construia o ninho com a entrada para o nascente, se a jitirana florava antes do tempo...

Aquilo era mau sinal. Agouro de seca! Mas, se os cassacos cavavam suas tocas nas ribanceiras do rio; se os pebas criavam carrapato no sovaco; se as catingueiras e os juazeiros apresentavam as copas úmidas nos meses de verão... Então, mostravam-se alegres, animados. Sinais de bom inverno! Havia ainda os que especulavam não com os bichos do mato ou as plantas, mas, com sinais meteorológicos. Estes preferiam fazer suas especulações com os ventos e com certas manifestações aparecidas no céu. Para eles vento forte em tempo de inverno era sinal de seca, pois os ventos afastavam as chuvas. E, como sinal de inverno, nada mais positivo do que o sinal da barra ao nascer do sol. Se ao quebrar da barra se formassem manchas vermelhas ao longo do nascente, podiam plantar os roçados. Sinal de bom inverno. Mas, se na entrada do ano soprasse forte o Aracati, se a barra do sol se apresentasse limpa, sem nenhum sinal avermelhado... Podem arribar porque o ano seria de seca. Eram "experiências" que vinham desde o tempo dos índios e nas quais acreditavam piamente. E não adiantava dizer-lhes que estavam laborando numa superstição, que nem os pebas, nem os joãos-de-barro, nem os gatos maracajás entendiam de meteorologia. Desdenhavam os incrédulos. Pois, o conhecimento do homem – segundo enfatizavam – não passava além do telhado. Deus saberia como ordenar as coisas. A divindade teria uma maneira de comunicar-se com os homens, a fim de avisá-los de suas decisões. E esta seria através das plantas, dos bichos brutos e dos ventos. As boas ações dos homens, estas seriam premiadas com os bons invernos. As más, castigadas com as secas e o cortejo de calamidades que as acompanhava.

XVIII

Cumpre-se o Prognóstico das "Experiências" – Declarada a Seca – O Penar dos Trabalhadores e dos Pequenos Proprietários Rurais

Desgraçadamente deram certas as "experiências" dos matutos no referente ao ano de 1932. O ano começou seco e assim se manteve até o fim. Restava, no entanto, aos menos pessimistas, uma última esperança: a Passagem do Equinócio! Sabia-se de inverno tardios, iniciados não em janeiro ou fevereiro, mas, no 19 de março, véspera natalícia de São José, o Padroeiro do Ceará. Era a última esperança. Se não chovesse na ocasião, então, podia-se ter como certa a deflagração do flagelo. E fizeram-se rezas, novenas e promessas para que começasse a chover a partir da data natalícia do Santo anunciador dos invernos. Padre mundoca, o zeloso pároco da Freguesia de São Vicente Férrer realizava, frente aos fiéis, procissões pelas várzeas que margeavam o rio Salgado, clamando pela chegada das chuvas. Cantavam os penitentes uma litânia cujo refrão ecoava várzea afora: - "Dai-nos chuva São José/ Pai amante e piedoso/ Socorrei-nos como pai/ Pai amante e piedoso!" Mas, o Santo parecia não escutá-los. E como se já não bastasse aquele penar, punha-se a castigá-los com os fortes ventos, arrancando os estandartes das mãos dos devotos e enchendo-lhes os olhos de areia. – Não adianta insistir – diziam os tabaréus em sua filosofia simplória. Deus havia falado por meio de seus mensageiros, as plantas e os bichos do mato. O ano seria seco, estava determinado. O Onipotente não voltava atrás em suas decisões. Afinal, decorreu a data aniversária do Padroeiro do Ceará e não choveu. Alguns dias

depois as ruas e praças da cidade de Lavras apresentavam-se cheias de desempregados, de pequenos proprietários de terras e de trabalhadores do campo, todos em busca de trabalho e de alimentos. Os donos de sítios e de fazendas – como sempre acontece em tais circunstâncias – haviam dispensado a maior parte dos moradores, alegando não haver condições de trabalho em suas propriedades e nem tampouco disporem eles de recursos para mantê-los. Que apelassem para o Governo. Era o salve-se quem puder. Enquanto isso, os pequenos proprietários rurais, os donos de nesgas de terras secas, esforçavam-se por vender o quanto antes os parcos bens de que dispunham. Em primeiro lugar foram vendidos os animais do seu criatório. Uma ou outra cabeça de vaca, burros, jumentos, cabras e ovelhas. A seguir, utilidades de uso doméstico. Tudo feito sem perda de tempo antes que a situação se agravasse ainda mais. Porque, dia haveria de chegar em que diante da grande oferta dos referidos bens, os ricos somente haveriam de comprá-los, mediante preços os mais significantes. Era a lei da oferta e da procura funcionando no comércio da miséria. Assim acontecera no 19 e no 15. Assim se repetiria no 32. Dado o pressionamento que se fez da parte dos principais atingidos pelo flagelo, não tardaram a chegar as providências governamentais. O Prefeito, Tenente José Barreira, logo providenciou alimentação e abrigo para os flagelados. Os antigos armazéns da Rua do Alto, há muito fechados, foram reabertos e transformados em hospedarias para as famílias flageladas. Foi aberto o alistamento para os homens, os quais foram mandados trabalhar na construção de açudes e de estradas. Vem dessa época, a barragem sobre o rio Salgado, frente a cidade de Lavras. Contudo, nem todos

lograram engajamento nas obras de emergência. Muitos ficaram sobrando, o que os obrigou a retirarem-se em busca de sobrevivência.

XIX
A Revolução Constitucionalista de São Paulo Carne para Canhão – O Voluntariado da Fome e o Matadouro da Serra da Mantiqueira

Quando mais crítico era o período da seca – julho de 1932 – eis que rebenta em São Paulo a Revolução Constitucionalista. E o Governo Federal, desta, como de outras vezes, não vacila em recorrer ao sacrifício dos nordestinos para a execução de seus planos sinistros. Abriu-se imediatamente entre os flagelados da seca, o voluntariado para o combate aos sediciosos de São Paulo. Era, podia-se dizer, o Voluntariado da Fome. Morrer de fome ou morrer de bala – era a opção que se apresentava para muitos.

O memorialista jamais esquecerá as cenas presenciadas por essa ocasião. Eram caboclos moços e fortes atrás de se inscreverem como voluntários para o combate aos sediciosos de São Paulo. Procurávamos dissuadi-los. Que iriam eles fazer na terra bandeirante? Aquilo seria uma luta inglória de irmãos contra irmãos. Alguns apresentavam os argumentos da propaganda oficial. Que os paulistas queriam se separar do Brasil. Iriam lutar para que tal acontecesse. Outros denunciavam pretensões mercenárias. Queriam arranjar emprego, serem recrutados como soldados. Outros, no entanto, que se pronunciavam sem rebuços. –" Olha menino, tu falas assim por que estás bem nutrido, tu não sabes o que seja

necessidade. Mas, ficas sabendo de uma coisa: é preferível a gente morrer de bala a ter de morrer de fome."

Eram ditos voluntários, todos eles moços de vinte e poucos anos, acostumados a manejar escopetas na caça às nambus e juritis, mas que nunca haviam manejado uma arma de guerra. Uma vez alistados eram os pobres caboclos remetidos para Fortaleza, onde, depois de um rápido treinamento militar, seguiam para os matadouros da Serra da Mantiqueira. Semanas depois, os malotes do Correio chegavam abarrotados de uns cartões tarjados de preto, cujos destinatários eram pouco conhecidos dos estafetas. Guardamos de memória os dizeres contidos nos referidos cartões, os quais eram mais ou menos, os seguintes: - Interventoria Federal do Ceará – Sra.... o Cap. Roberto Carneiro de Mendonça, Interventor Federal no Ceará, tem o prazer de comunicar a V. Sa. que seu filho (irmão ou sobrinho) fulano de tal, faleceu no dia tanto do presente mês, em consequência de ferimentos recebidos em combate travado na Serra da Mantiqueira". E nada mais. Nenhuma indenização às famílias enlutadas pelas perdas sofridas. Nenhuma demonstração pública de reconhecimento aos humildes combatentes sacrificados numa luta que não lhes dizia respeito. Os mortos, por sua vez, passariam a figurar como os nossos soldados desconhecidos, da mesma forma que aqueles que dez anos depois – também por ocasião de uma seca – desapareceram para sempre nas selvas amazônicas. Estes últimos, que se contavam aos milhares, passaram para a nossa história como os soldados da "Batalha da Borracha", empreendimento malogrado do qual nos resta triste memória. Até parece fazer parte da sina dos nordestinos deles somente se lembrarem, quando para exigir-lhes maiores sacrifícios.

XX

A Exploração dos "Cassacos" nas Obras da IFOCS – As Jornadas de Trabalho - A Exploração dos Fornecimentos

A pior coisa é trabalhador das obras do Governo – desabafava um desses desgraçados, para concluir com uma dose da amarga ironia: a gente é apelidada de "cassaco" e chamada para o trabalho por meio de uma "cachorra". Por esses designativos deprimentes podemos formar idéia da maneira desprezível como eram considerados os trabalhadores da antiga Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Pois, cassaco ou gambá, com é sabido, trata-se de um animalejo repelente que conduz os filhotes ensacados no ventre, à maneira dos cangurus. E a "cachorra"? Um pedaço de trilho pendurado numa estaca, que uma vez batido com força emite um som estridente, que se faz ouvir a vários quilômetros de distância. Os trabalhadores da cidade eram chamados pelo apitar sonoro das sirenes das fábricas. Enquanto os trabalhadores da IFOCS pelo esganiçar estridente da "cachorra". Mas, não era só. Porque sendo apelidados com os nomes de bichos, os trabalhadores flagelados eram, na realidade, tratados como verdadeiros animais.

Trabalho escravo, era o que havia nas frentes de serviço da IFOCS, dirigidas por feitores e apontadores que pouco ficavam a dever a seus antecessores do tempo da escravidão negra. Para os "cassacos" rojões de sol a sol agarrados no cabo da picareta, da pá, da enxada e do carrinho de mão, construindo açudes e estradas de rodagem. Os salários que recebiam não eram pagos em moeda corrente, mas, em

espécie, sob a forma de gêneros alimentícios, que eram despachados nos "fornecimentos", denominação adotada como substitutivo aos antigos barracões. Outra forma de exploração, por sinal a mais cruenta, dos míseros trabalhadores. Sendo os "fornecimentos" de propriedade particular e gozando os seus empreiteiros de absoluta liberdade de ação, exploravam a mais não poder aos infelizes "cassacos", impingindo-lhes mercadorias que muito deixavam a desejar, mediante preços os mais exorbitantes. E não adiantava aos explorados protestar, recusar em receber a mercadoria-salário, pois, tratava-se no caso de um monopólio concedido pelo Governo. Era a indústria da seca em funcionamento. Quanto ao correspondente aos salários dos trabalhadores, quem os recebiam diretamente do Governo, em moeda sonante, eram os donos dos "fornecimentos". Terminada a seca estavam os "cassacos" na mais completa penúria, enquanto os "fornecedores" prósperos e felizes, esbanjando riquezas.

XXI
A Trajédia dos Flagelados da Seca de 1932 – Os Campos de Concentração – O Burití e suas Vítimas

Acontece que nem todos conseguiam engajar-se nas obras de emergência, uma vez que era maior a procura do que a oferta de empregos. Para absorver a mão de obra dos flagelados, havia na região o açude Estreito, depois batizado de Lima Campos, em construção. As demais obras eram todas de menor vulto, constantes de estradas de rodagem e de pequenos empreendimentos a cargo das prefeituras. Em

consequência muitos homens, mulheres e crianças ficavam no desemprego, forçados a esmolar para não morrer de fome. Para estes, o Governo fez construir campos de concentração, a exemplo dos campos de prisioneiros de guerra, cercados de arame farpado e com escolta armada em redor, para evitar a fuga dos internos. No lugar Buriti, distrito de Crato, foi construído um destes odientos currais humanos, e outro na própria capital do Estado, no bairro do Pirambu.

Odiosa maneira de assistir-se às vítimas de uma calamidade pública, somente vista em regiões subdesenvolvidas, onde o povo não tem acesso ao aparelho estatal. No tristemente célebre Campo de Concentração do Buriti, cuja administração achava-se entregue a um certo Sargento Pinho, permaneceram asilados até começos de 1933, nada menos de 30.000 flagelados. As condições existenciais destes infelizes eram verdadeiramente degradantes, somente comparáveis com aquelas a que ficaram expostos os prisioneiros de guerra da Alemanha nazista. Quando foram abertos os portões do Campo de Concentração do Buriti, (o nome oficial era este mesmo) o que se viu foi uma multidão de homens, mulheres e crianças dele escapando, magros, doentes e andrajosos. Muitos, principalmente crianças, haviam sucumbido vitimados pelas doenças e os maltratos. Triste retrato de uma época de autoritarismo e descaso pelo bem-estar do povo.

XXII

Surtem os Resultados da Revolução Constitucionalista – Eleições Gerais no País – A Interventoria Felipe Moreira Lima, no Ceará

A Revolução Constitucionalista de São Paulo, embora esmagada pelo rolo compressor da ditadura getulista, produzia os seus resultados. O Ditador via-se, a contra-gosto, levado a convocar eleições gerais, antecedidas de uma Assembléia Nacional Constituinte. Estavam previstas inovações na legislação eleitoral, tais como o voto secreto e o voto feminino, inovações estas que representavam, inegavelmente, conquistas para o nosso sistema representativo. O pleito no Ceará realizar-se-ia sob a gestão do novo Interventor Federal, Coronel Felipe Moreira Lima, que meses antes havia substituído ao Capitão Roberto Carneiro de Mendonça. Homem de formação democrática, o Coronel Felipe Moreira Lima havia prometido presidir o pleito como um verdadeiro juiz, equidistante dos partidos políticos. E assim se manteve durante a maior parte da campanha eleitoral. Ao contrário dos seus antecessores, o Coronel Felipe Moreira Lima estabeleceu no Estado um clima de liberdade até então desconhecido dos cearenses. A Questão Social deixara de ser um caso de polícia para ser considerada devidamente, como uma problemática a merecer soluções democráticas. Os trabalhadores e os estudantes realizavam greves e passeatas levantando suas reivindicações, sem que fossem molestados pela polícia. O fato deixava escandalizados os meios reacionários do Estado, de formação medievalesca, partidários do chicote e do sufoco. É desta época – começos de 1935 – uma das mais prolongadas

greves operárias já registradas em Fortaleza, a greve dos trabalhadores da Fábrica de Tecidos São José.(43)

Os jornais, por sua vez, gozavam da mais completa liberdade de expressão, sem que fossem coagidos pela polícia. Alguns até se excediam em críticas ao novo interventor, sobressaindo-se dentre estes, o diário "O Nordeste", que no seu conservadorismo acusava-o de estar "bolchevisando o Estado", dado o fato de permitir a livre manifestação do povo. Pelo seu comportamento democrático, o Coronel Felipe Moreira Lima se recebeu as antipatias dos elementos mais reacionários da sociedade cearense, por outro lado, mereceu as simpatias de largas camadas do nosso povo, notadamente, dos trabalhadores e dos estudantes, que o proclamaram candidato ao Governo do Estado, no pleito a registrar-se em maio de 1935. Sucediam-se as manifestações populares ao Interventor, que a todas se fazia presente, em meio de grandes aclamações. Acontece que, às vésperas do pleito – que se faria por votação indireta – armaram um complô contra o candidato das forças populares e democráticas, o Coronel Felipe Moreira Lima. Chamado ao Rio de Janeiro pelo Ministro da Justiça, Sr. Vicente Ráo, não permitiram que ele retornasse ao Ceará, o que facilitou a eleição do Professor Francisco de Menezes Pimentel – em maio de 1935 – o que deixou frustradas vastas camadas do povo cearense. Dois anos depois, com o golpe de Estado de 1937, o Professor Menezes Pimentel deixaria de ser Governador para tornar-se por longos anos Interventor Federal no Ceará.

XXIII

A Campanha Eleitoral de 1933 – Os Coronéis Prepararam-se Para Retornar ao Poder – Os Cidadãos da Roça

Iniciada a campanha eleitoral de 1933 prepararam-se os coronéis das oligarquias antes depostas para o retorno às posições perdidas. E o fizeram conduzidos pelo eleitorado dos latifúndios, cuja dependência aos donos da terra permanecia absoluta. A Revolução de 1930 havia desarmado militarmente os coronéis, tomando-lhes as armas, deixando-os privados de suas milícias de cangaceiros. Mas, não os desarmara politicamente. O latifúndio continua intocável. E seria graças ao voto comprometido dos moradores dos sítios e das fazendas – verdadeiros servos da gleba – que os coronéis latifundiários retornariam ao Poder. Criaram-se nos matos escolas de preparação de eleitores, as quais antecederiam em muitos anos ao Mobral dos nossos dias. A finalidade destas escolas era tão só a de ensinar os futuros cidadãos a assinarem os nomes, condição indispensável ao alistamento eleitoral. A tarefa se apresentava como das mais difíceis aos rudes candidatos, homens de mãos calosas, acostumados no manejo da enxada, da foice e do machado, mas, que antes não haviam sequer pegado numa carta de a-b-c. As pontas dos lápis pulavam longe com a pressão recebida, o que deixava decepcionados os aprendizes de eleitor. Havia somente dois partidos que iriam participar do pleito: a LEC (Liga Eleitoral Católica) e o PSD (Partido Social Democrático). Mas, se lhes perguntassem em quem iriam votar, eles responderiam prontamente: eu acompanho o Coronel fulano de tal. O Coronel figurante, no caso como partido político não era outro se não o dono da terra onde morava o eleitor.

XXIV
Uma Coalizão Obscurantista – Padres e Latifundiários Unidos nas Urnas – A LEC e o Pleito de 1934

Formara-se uma coalizão entre o clero católico, os latifundiários e outros elementos obscurantistas da sociedade cearense com o propósito de conquistar a vitória no pleito que se avizinhava. Por ocasião das missas os púlpitos das igrejas transformavam-se em tribunas político-eleitorais com os padres a fazerem objurgações contra aqueles que não pertenciam ao pretenso partido da Igreja. os candidatos a contarem com o beneplácito da LEC (Liga Eleitoral Católica), teriam que dar prova de não serem simpatizantes comunistas, nem ateus, maçons e protestantes. O partido contrário – o PSD – era acoimado de partido do Diabo pelas crédulas beatas, agora munidas de títulos de eleitoras. Dir-se-ia que estávamos em uma nova Idade Média. Até que realizado o pleito no ano de 1934, deu-se a vitória das forças obscurantistas em plano tanto regional como estadual. Graças a Liga Eleitoral Católica – caso único em todo o Brasil – a Ação Integralista Brasileira, (AIB), de tendência fascista, conseguia eleger dois deputados estaduais e um federal. Em Lavras a oligarquia dos Augustos saía vitoriosa, conseguindo obter dois terços dos votos depositados nas urnas. O mesmo se repetiria em Várzea Alegre, Aurora e em quase todos os municípios da Zona Sul do Ceará. Eram as velhas oligarquias que retornavam às posições perdidas.

XXV
Ocupação da Cidade de Milagres Pelos Revoltosos da Paraíba

Depois da revolta do 23° Batalhão de Caçadores na cidade de Souza, na paraíba, formaram-se ali grupos de civis armados com o fim de levar o movimento insurrecional aos Estados vizinhos. Em Milagres chegava na primeira quinzena de outubro de 1930 um destes grupos ditos revolucionários, formado de cerca de cinquenta homens, armados de mosquetões e ostentando ao pescoço enormes lenços vermelhos. Eram todos jovens e muito entusiasmados. Entraram na cidade vivando os chefes do movimento vitorioso e dando morras aos políticos vencidos. A população foi tomada de sobressalto, uma vez que se mantinha alheia aos acontecimentos em curso. Não houve a menor resistência. O Prefeito de Milagres, o usineiro Raimundo Alves Pereira renunciou, não aparecendo quem quisesse substituí-lo à frente da administração municipal. os oposicionistas locais pareciam desconfiar da veracidade do movimento insurrecional dado como vitorioso. Na verdade tudo se fizera atabalhoadamente, valendo o Telégrafo mais do que qualquer outra arma. temiam, portanto, entrar numa aventura política. Enquanto isso, os recém-chegados começavam a transtornar a vida da cidade com suas tropelias. Foi quando o Juiz de Direito da Comarca, o Doutor Antônio Galeno, buscou uma solução para o impasse. Comunicou-se com o Coronel João Fechine, político oposicionista em Missão Velha, concitando-o a assumir a Prefeitura de Milagres. Atendido o magistrado, estava resolvida a crise de autoridade e restabelecidas a ordem e a paz, para regosijo dos milagrenses.

No dia seguinte, montados em seus cavalos evacuavam a cidade os alegres e barulhentos revolucionários da Paraíba.

XXVI
A Revolução de 1930 e os Coronéis – A Queda Temporária das Oligarquias

A revolução de 1930 veio provocar a queda temporária das velhas oligarquias reinantes no interior do Ceará. Em Lavras da Mangabeira a parte do clã dos Augustos que ocupava o Poder, foi afastado para ceder lugar a parte dissidente do mesmo clã, antes condenada ao ostracismo. Desta forma o Coronel Raimundo Augusto Lima era afastado da Prefeitura, tendo como substituto o seu primo legítimo, Padre Raimundo Augusto Bezerra. Outros membros do clã, como o Coronel Francisco Augusto Correia Lima, irmão do coronel Gustavo Lima; o Coronel José Augusto de Oliveira – vulgo Zé Borrego – primo e cunhado do referido Coronel Gustavo Lima; Mário Augusto de Oliveira – Mário Borrego – comerciante, filho de Zé Borrego, parente do Coronel Raimundo Augusto Lima; o médico Sérgio Augusto Banhos, sobrinho do já citado Coronel Gustavo Lima, outros parentes e aderentes, seriam as personalidades de prol do novo situacionismo. Antes, os soldados rebelados em Souza, na Paraíba, e que agora ocupavam a cidade de Lavras, haviam estado no sítio São Domingos, de propriedade do coronel Raimundo Augusto, onde cometeram depredações, inclusive atirando nas águas do açude os paióis de rapaduras do coronel. Seguiu-se o desarmamento geral. Os coronéis de agora por diante ver-se-iam privados de

seus arsenais de armas e munições, sem condições de manter suas milícias de cangaceiros. Isso, de certa forma constituia um golpe no poderio dos chefes políticos. Pelo menos já não podiam guerrear-se como antigamente. Todavia, a principal base do Coronelismo – o latifúndio – causa de todas as mazelas do sistema feudatário em questão, esta permanecia intocável. E, seria graças ao latifúndio, graças a seus moradores, desta feita funcionando como eleitores em vez de cangaceiros, que os coronéis depostos em 1930 retornariam às posições perdidas, quatro anos depois.

XXVII
Das Eleições de "Bico de Pena" ao Voto Secreto – Os Currais de Eleitores – Eleitores de Cabresto

O voto secreto e o voto feminino eram grandes inovações no pleito de 1934. Agora, pelo menos eleitoralmente, as mulheres já podiam comparar-se aos homens. Poderiam votar e serem votadas. Por outro lado o voto secreto deveria poupar os eleitores de uma série de constrangimentos. Não teriam de assinar no Livro de Votação – como acontecia nas eleições "bico de pena" da Pátria Velha – o seu nome, o nome do partido político e os nomes dos candidatos em quem iriam votar. Desta vez os votantes levariam suas chapas prontas, com os nomes de seus candidatos, ou as buscavam nas cabines das secções eleitorais, votando sigilosamente, ficando desta forma, conforme pretendia a lei eleitoral, a salvo de perseguições. O voto era secreto. Também deveria haver seriedade no ato de

votar. Diferentemente das eleições de "bico de pena", quando os cabos eleitorais do "partido de cima" controlavam os livros de votação, neles fazendo constar como votantes as crianças e os defuntos. Mesmo assim as eleições de 1934 estavam longe do que se anunciara. Nelas pesaria a fraude ideológica preparada pelos padres reacionários a serviço da LEC (Liga Eleitoral Católica), e o poderio dos coronéis latifundiários e dos burgueses. Ai do morador que o dono da terra descobrisse não ter ele votado nos seus candidatos! Ou do empregado que deixasse de acompanhar eleitoralmente ao patrão. Seriam, um e outro, automaticamente despedidos. Com o fim de evitar que houvesse a cabala de votos, os chefes políticos recolhiam os eleitores matutos em ajuntamentos onde lhes davam de comer e de beber, somente os liberando na hora de votar. Procuravam, desta forma, evitar que os cujos ditos saindo às ruas desacompanhados tivessem trocadas as chapas eleitorais antes entregues. Tais ajuntamentos eram chamados de currais de eleitores, e estes de eleitores de cabresto. Para a alimentação dos eleitores vindos dos sítios e das fazendas eram abatidos bois, porcos e carneiros. Para muitos dos cujos ditos era esta a ocasião de tirar a barriga da fome. Comiam a mais não poder. Nas eleições de 1929, em Milagres, morreram "empanzinados" dois destes comilões. Comer a mais não poder era a principal recompensa dos votantes pobres. Tirar a barriga da fome uma vez – de quatro em quatro anos – e receber como presente um chapéu ou uma roupa nova. Porque o pleito, para eles – e com justificadas razões – não possuía maiores motivos. Que motivos poderia ter um trabalhador para votar no patrão ou nos representantes do patrão, exatamente aqueles que o exploravam economicamente? Claro que nenhum!

XXVIII

Mais Uma Vez o Coronel Antônio Correia Lima – Alguns Casos com o Chefe de Várzea Alegre – Um Domador de Feras

Em Várzea Alegre o Coronel Antônio Correia Lima sorria com o resultado das urnas. Êita votação pai-dégua, exclamava o chefe decaído em vésperas de retornar ao poder. também não era para menos! Com as burradas cometidas pelos militares e a mãozinha dos padres, o resultado só podia ser aquele mesmo. E recordava, entre os da sua currinhola, casos acontecidos ao tempo da Pátria Velha. A política, como sabiam, era a sua cachaça. Pois, embora assim fosse, certa vez lhe aconteceu receber um chamado do Presidente do Estado, o Doutor Serpa. Que pretenderia o Presidente desta vez? – indagou de si para si. Da vez anterior pedira cabras armados para defendê-lo. E, agora? Estaria novamente em risco de ser deposto? Mas, nada disso! O que queria o Presidente era passar-lhe uma reprimenda. – Coronel, disse-lhe Justiniano – eu soube que o senhor estava gastando em campanha política todas as verbas da sua Prefeitura. Ora, Coronel, isso não fica bem. Nem para o senhor, nem para mim! O interpelado achou graça da inocência do maioral. – Ora Doutor Serpa – respondeu entre risos – em política eu gasto até do meu bolso quanto mais o da Prefeitura! Despediu-se do Presidente e deixou o Palácio da Luz. Entretanto, houve uma vez em que ele não achou graça. Foi no ano de 1926, por ocasião das eleições municipais. Antônio Correia era o Prefeito, e para substituí-lo na administração da cidade de São Raimundo Nonato despontava, como candidato oficial, José Correia Lima, seu irmão e pai

dos futuros deputados Joaquim de Figueiredo Correia e José Correia Filho. A situação havia ficado preta, pois os adversários estavam fortes, pondo em perigo a dominação da família Correia Lima em Várzea Alegre. Foi quando lhe ocorreu uma idéia salvadora. Pegando de uma folha de papel almaço nela escreveu o seguinte ultimato:

Aviso

Aviso à população de Várzea Alegre que no dia 10 de novembro, às 2 da tarde, atacarei esta cidade. Quem não quiser brigar se retire.

Assina) Antônio Correia Lima

Depois chamando o Zezinho, um seu neto de apenas oito anos, ordenou: vá menino e pregue este papel no portão do mercado! (46) A notícia da ameaça contida no "Aviso" do manda-chuva espalhou-se rapidamente pelas redondezas. E, no dia marcado para a eleição de "bico de pena" – o 10 de novembro – de eleitores para assinar o "Livro de Votação" só se encontravam os partidários do Prefeito. Os eleitores do partido contrário, estes não haviam dado o ar da graça. Também não era para menos. Quem seria besta para meter a cara frente aos cabras do Coronel Antônio Correia? Não tardou, porém, em chegar a chamada "Pátria-Nova" com seus tenentes interventores e suas promessas de mudanças. Lá mesmo em Várzea Alegre, onde ele cantara de galo durante tantos anos, haveria de ser apeado pelo Américo, um colegial-interventor nomeado pelo Carneiro de Mendonça! Era demais! E dizer-se que personagem de tantos casos de valentia, audácia e humor se visse por vezes forçado a renunciar de suas honrarias de coronel da caatinga para curvar-se frente a outros coronéis, que não os coronéis donos de terras e chefes de cangaceiros?

Mas, de todos os casos acontecidos com o nosso Coronel durante os anos em que estivera de baixo, o mais difícil fora, decerto, a confrontação com Falconiére, o Chefe de Polícia de Carneiro de Mendonça. A autoridade queria obrigá-lo a devolver armas que o político em desgraça afirmava já ter devolvido. – Você não me engana, matuto! – berrava Falconiére. Ou você me devolve as armas da Nação ou lhe meto na cadeia! Contudo, o acusado longe de se deixar atemorizar, continuava calmo, impertubável, irredutível em sua defesa. Até que o ferrabrás foi aos poucos se acalmando até dar-se por vencido. Era o leão que se quedava ante o domador do circo.

XXIX

Os Delegados de polícia – A lei de Chico de Brito – O Delegado Que Mandou Prender um Cavalo – Os Capitães Peregrino, Firmo e Antônio Pereira – Violência e Folclore

Sempre que se fala em desmandos no interior do Estado logo são invocados os antigos delegados de polícia – uns civis, outros militares – todos, no entanto, iguais em matéria de arbitrariedades. Eram os delegados de polícia nomeados por indicação dos coronéis situacionistas, cabendo-lhes, principalmente, dar execução à política dos prefeitos municipais. Esta política consistia, nada mais nada menos, do que dar perseguição aos adversários dos chefes que se achavam "de cima", prendendo-os por motivos fúteis, espancando-os, cometendo, enfim, toda a sorte de truculências. Isso fazia com que os matutos preferissem antes os cangaceiros aos "macacos

do Governo", apelido pelo qual eram tratados os soldados de polícia. Quem mais sofria nessa confrontação eram os pequenos – os trabalhadores do campo, roceiros e demáis agregados dos chefes oposicionistas. Desfeiteando aos pequenos entendiam os "paus mandados" do situacionismo estarem a desfeitear os grandes, por sua vez chefes dos injustiçados. Estes, se eram vistos bebendo a sua cachaça, conversando alto nas feiras ou portando suas facas de ponta, logo seriam atingidos pela truculência policial. Daí afirmar a simplória sabedoria dos matutos que o pau quebrava sempre era no espinhaço dos pobres, ou, por outra, que pobre não podia ter opinião.

Graças aos desmandos cometidos alguns delegados de polícia entrariam para o nosso folclore. É o caso do famoso Chico de Brito. Quem já não ouviu falar, no interior cearense, na "lei do Chico de Brito?" Quem, no entanto, o famoso personagem? E sua lei? Em que consistia? Ao que se sabe de Chico de Brito, homem de posses, dono de engenhos de rapadura, uma vez na delegacia de polícia do Crato – isso nos começos do Século – instituiu a lei da peia. Era a palmatória, era o chicote, aplicados nos presos como corretivos, de conformidade com os delitos cometidos. Não se sabe se Chico de Brito logrou resultados com a sua malgradada instituição. O que se sabe, no entanto, é da triste fama de verdugo que lhe adveria. Outra autoridade arbitrária foi Chico Ancilon, delegado de polícia em Jardim, genro do prefeito local e também dono de sítios e de engenhos de rapadura. Tendo certo roceiro assassinado a um desafeto e a seguir fugido, ele não vacilou em mandar prender a mulher e os dez filhos menores do criminoso, isso com o fim de forçá-lo a se entregar. E como Juiz de Direito o admoestasse pelo abuso de autoridade que

estava a cometer, Chico Ancilon saiu-se com esta: - Doutor, quem quer prender canário prende primeiro a canária, para depois apanhar o canário. Foi o que eu fiz. Prendi a mulher do criminoso para prender o criminoso. Acontece que o roceiro em questão – que nada possuía de canário – não quis saber da mulher e nem dos filhos, terminando as duas autoridades por se desentenderem – o juiz condenando a arbitrariedade policial e o delegado sem querer liberar seus reféns. Já o delegado Agostinho Fernandes dos Reis, de Maranguape, mandava prender um cavalo de propriedade desconhecida para, desta forma, chegar a seu verdadeiro dono. O caso aconteceu no ano de 1933, quando um equino de bela linhagem apareceu solto nas ruas de Maranguape, criando uma série de transtornos para a administração municipal. – Prenda-se o cavalo, sentenciou a autoridade – e o dono logo aparecerá. E foi o que aconteceu. A notícia da prisão do cavalo, dado o seu ineditismo, espalhou-se rapidamente, logo chegando aos ouvidos do proprietário, que apressou-se em reavê-lo. Antes, porém, teve que pagar a carceragem e as diárias, quanto à alimentação do preso. Temido pelas violências cometidas quando à frente das volantes policiais, o célebre capitão Peregrino Montenegro poupava, no entanto, dos açoites aos presos correcionais. Açoitava, sim, aos matutos indefesos, sob o pretexto de que estes açoitariam aos cangaceiros. Mas, aos presos, nunca! Para estes, Peregrino reservava castigo pior do que a palmatória, o relho e o pneu: botava-os para arrancar capim nas ruas! Depois de um dia de penosa capinagem os trabalhadores forçados sentiam-se tão amolentados como se houvessem apanhado bruta surra. Isso, enquanto o delegado recebia do Prefeito propinas e outros agrados pelo trabalho dos presos. Não menos truculento do

que Peregrino Montenegro era um seu companheiro de farda, o Capitão Firmo, Delegado Regional de polícia, no Cariri. Certa vez, em Juazeiro, um pai de família procurou-o para reclamar providências contra um rapaz – filho de rico proprietário de terras – o qual havia-lhe seduzido a filha menor. O delegado depois de ouvir atentamente o queixoso, abriu, para espanto geral, a gaveta do birô, dela retirando enorme punhal. Depois, entregando-lhe a bainha da arma, preveniu-o: eu vou tentar botar a lâmina do punhal no buraco da bainha. Você não deixe que isso aconteça! Travada a peleja, um investia, o outro defendia-se, sem que o punhal penetrasse na bainha. – Olhe, disse o Capitão, dirigindo-se ao pai da ofendida – o mesmo acontece entre um homem e uma mulher. Só há a conjugação sexual, quando a mulher consente. E, de nada valeram as ponderações em contrário do aflito pai de família. Mas, o povo vingava-se como podia das ofensas recebidas. E, nessa confrontação desigual a sátira e o deboche eram as armas mais utilizadas pelos "paizanos" – que era como os soldados chamavam aos civis – contra os "macacos do Governo" ou "meganhas", no caso a recíproca. Que o dissesse o famoso Capitão Antônio Pereira – caso raro na Polícia da época – não era de cometer violências. No entanto, pagava mais pelos companheiros de farda do que por si próprio. Antônio Pereira – um mulato, baixo, gordo e falante – era extremamente vaidoso. O seu fraco consistia em julgar-se por demais inteligente, quase um Rui Barbosa: – Olhe sargento, dizia ele para um seu subordinado – eu sou inteligente, tão inteligente, que às vezes, temo ficar louco. Tem dias que eu amanheço temendo que a minha cabeça estoure com tanta inteligência! Os gaiatos, em Juazeiro, é que não reconheciam as proclamadas

qualidades de espírito da petulante autoridade. E, tanto não reconheciam que não o poupavam em seu anedotário. – Sabe, dizia um desses vadios, isso em pleno Estado Novo – o Antônio Pereira recebeu um telegrama do Chefe de Polícia, o Cordeiro Neto. O telegrama dizia: - "Prenda fulano. Guarde sigilo." Momentos de indagação. E, depois de uma pausa: - Sabem a resposta que ele deu? – Capitão Cordeiro Neto – Ceará – Prendi fulano. Não encontrei sigilo." Sucediam-se as gargalhadas. No dia seguinte, circulava pela cidade a versão do telegrama atribuída ao Delegado de polícia. (Guardar, para os que não sabem, na gíria policial, significa trancar, botar de molho. E o Delegado desconhecendo o significado da palavra sigilo, teria pensado tratar-se de algum adversário do Governo). Contudo, a mais perversa dessas invencionices envolvia, de par com o Delegado, certa beldade do soçaite juazeirense, conhecida pelo mau hálito que desprendia sempre que falava. Quando a dançar, certa vez, com Antônio Pereira, o Delegado não parava de fungar ante o bafo fedorento que a moça exalava. – É da ponte, Capitão! – procurava justificar-se a beldade. – Da ponte...Mas, que ponte? – indagou o Delegado. – Da ponte que o dentista botou na minha boca. – Então, andaram cagando debaixo dessa ponte! – teria sido a resposta de Antônio Pereira.

Tempo de Chico de Brito, de Peregrino, do Capitão Firmo. Teria desaparecido com eles a tortura policial? O que se viu, infelizmente, foi a evolução desta, de acordo com a evolução tecnológica e da metodologia policial. Foi a palmatória, o relho, o chicote, sendo substituído pelo cassetete, o choque elétrico, o pau-de-arara, o "telefone" e outras tantas formas de torturas importadas.

XXX

O Fenômeno Padre Cícero - Fanatismo e Folclore: Os Romeiros Um Protesto Escolar Contra o Patriarca - Negada a sua Santidade -

O Padre Cícero, considerado santo nos interiores de Alagoas, de Pernambuco e da Paraíba, estava longe de contar com a mesma fama no Ceará, embora os acontecimentos envolvendo a beata Maria de Araújo. E, não se dissesse que era porque santo de casa não obrava milagre, ou por outra, que ninguém era profeta em sua terra. Não! O fato era que entre muitos ainda perduravam ressentimentos em consequência da deposição de Franco Rabelo, ato cujo principal acusado era o Patriarca. Ademais, ele era político, proprietário de sítios e de fazendas espalhados pelo Nordeste, amigo de coronéis, de Lampião e de outros cangaceiros. Quem já vira um santo com tantas qualidades negativas? Daí, certamente, não faltar quem chegasse mesmo ao deboche contra o sacerdote, como no caso aquela marchinha carnavalesca cantada nos anos 20 em Fortaleza, e logo espalhada pelo interior do Estado:

Comeram minha carne assada
Beberam minha aguardente
Cuspiram a casa toda
Ainda querem dar na gente!

Se o Padre Ciço soubesse
O gosto que a cana tem!
Ele tirava a batina
E vinha beber também!

Porque no Ceará, para o povo, a idéia de santidade dependia, principalmente, de sacrifícios e desprendimentos dos bens materiais. Aqui, para a massa crédula, santos eram os pregadores de missões, os velhos e sofridos frades, como frei Vidal da Penha, frei Marcelino e, tempos depois, frei Damião. Nunca, porém, sacerdotes que misturavam religião com política e negócios. Contudo, deixando-se de lado a idéia de santidade, o Padre gozava, inegavelmente, de prestígio entre a população caririense, sobretudo os coronéis latifundiários, alguns dos quais – como era o caso do coronel Zé Borrego, de Lavras da Mangabeira – que antes de tomar qualquer decisão importante ia aconselhar-se com o Patriarca. Entretanto, referidos tabaréus buscavam o sacerdote como conselheiro, como pessoa experimentada, e nunca como fazedor de milagres. Diferente dos Romeiros de Alagoas, do sul de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, que o incluía entre os eleitos da Corte Celeste, fazendo-lhe promessas, indo ao Juazeiro atrás de curas milagrosas, em penosas romarias. Isso faria com que o historiador caririense Padre Antônio Gomes de Araújo ao referir-se à ocupação populacional de Juazeiro afirmasse constituir-se a cidade de um pedaço de Alagoas e de outro do sul de Pernambuco, cercada de Ceará por todos os lados. Na cidade de Jardim – porta de entrada dos romeiros no Ceará – despertava a curiosidade pública o espetáculo oferecido pelas levas de crédulos sertanejos – homens, mulheres, velhos e doentes – alguns conduzindo cegos, loucos e paralíticos, com destino à "cidade santa de Juazeiro", onde iam em busca de cura para os seus males, pagar promessas ou receber "a bênção do Padim Ciço". Vinham uns a cavalo, a maioria de pé, pois, ainda não havia chegado o advento do caminhão. Estávamos

em fins da década de 1920. Entravam em Jardim soltando foguetes e cantando improvisos como este:

Oh que caminho tão longo
Meu Deus que tanta areia!
Valei-me meu Padim Ciço
E a mãe de Deus das Candêia!

Semanas depois estariam de volta a seus cafundós, iluminados de fé, descrevendo em suas cantilenas as impressões dos "lugares santos" de Juazeiro:

Quando entrei na casa santa
Fugiu-me o sangue das veia!
Valei-me meu Padim Ciço
E a Mãe de Deus das Candêia!

O espetáculo oferecido pelos pagadores de promessas do Padre Cícero, entretanto, não influía religiosamente no espírito dos habitantes de Jardim, perdendo-se sem que obtivesse seguidores. E, se não influía junto às pessoas simples, que dizer junto às camadas elitizadas, aos jovens filhos de comerciantes e de funcionários públicos? Não seria difícil de se prever qual a reação destes jovens, quando obrigados a cantar louvaminhas ao Patriarca do Juazeiro. Foi o que aconteceu com o "Externato Misto Santa Filomena", um estabelecimento de ensino instalado em Jardim no ano de 1927, em cuja frente se achava a educadora Raimunda Lemos. Havia, no Santa Filomena, um dia da semana dedicado aos exercícios de canto e de declamação Era quando os alunos ensaiavam os

hinos do Brasil, do Ceará e, de permeio, o hino ao Padre Cícero. Neste último, havia um trecho que dizia:

Bandeira branca triunfará
Viva ao Padre Cícero
Viva ao Ceará!
Alerta, oh povo
Que triunfará!
O Santo Padre
Triunfará!

Os jovens sentiam-se constrangidos sempre que levados a cantar louvaminhas ao Patriarca do Juazeiro. Aquilo, para eles, parecia até uma blasfêmia! Chamar o Padre de Santo Padre... Santo Padre não era o Papa? Seriam eles, alunos, os romeiros de Alagoas para andarem confundindo o Padre Cícero com os santos? E a reação logo se fez. Não cantariam mais o hino do Padre! Tudo combinado, quando no dia certo a professora iniciava os cânticos com o "Bandeira branca" recebia como resposta o silêncio dos alunos. O que houve, o que não houve, indagava a mestra tomada de surpresa. A resposta partiu uníssona de todas as bocas: - Nem o Padre Cícero é o Santo Padre nem tão pouco somos romeiros para cantar benditos sem fundamento. Desgostosa com o sucedido, Dona Raimundinha Lemos fechava, meses depois, o "Externato Misto Santa Filomena", transferindo-se para outra cidade.

XXXI
As Idéias Socialistas na Cidadela dos Augustos

As idéias socialistas chegariam, afinal, na cidadela dos Augustos, levadas pelo filho do Juiz da Comarca. Estávamos em fins de 1935, ano de grande efervescência política em todo o Nordeste brasileiro. O rapaz que fora estudar em fortaleza voltara entusiasmado com o programa da Aliança Nacional Libertadora. agora, ei-lo transformado em pregoeiro da revolução socialista, acenando para todos com a bandeira de Pão, Terra e Liberdade. Aquele posicionamento constituía um desafio aos coronéis latifundiários. E, se não lhes punha em perigo o poderio político, serviria ao menos para amendrontar o eleitorado feminino da Liga Eleitoral Católica. Temos comunista na cidade! – cochichavam assombradas as velhinhas rezadoras. As opiniões dividiam-se. Havia os que simpatizavam com o programa da ANL, que desejariam vê-lo posto em prática, embora não tivessem coragem para lutar pela sua consecução. Outros que não só o detestavam, como não raro passavam para o insulto pessoal: - É, você fala assim porque tem as costas quentes! É filho do Juiz... Não fosse e eu queria ver! Contudo, três ou quatro simpatizantes mais consequentes resolveram participar da causa, organizando um núcleo local da ANL. Eram os adesistas comerciários mal pagos, indignados com a exploração patronal. Estes mostravam-se dispostos para o que desse e viesse. E tanto foi assim que em novembro de 1935, quando eclodiu a insurreição armada, eles não vacilaram em dar a sua participação. Sairam às caladas da noite a colocar bandeiras vermelhas e a fazer pichações nas paredes, conclamando o povo a aderir à

revolução nacional libertadora. Desnecessário dizer que o apelo não encontrou o eco desejado. Esmagada a sublevação no Rio de Janeiro, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, adviriam as perseguições. Estado de Sítio, suspensão das garantias constitucionais. As volantes policiais percorriam o interior cearense a cata dos simpatizantes aliancistas. Em Lavras desembarcava em começos de 1936 uma volante comandada pelo célebre Capitão Peregrino Montenegro. Entre os figurantes em sua agenda achava-se o filho do magistrado, o qual deveria ser preso e conduzido a Fortaleza. Entretanto, logo confabularam com o oficial comandante da volante os chefes do situacionismo local. Por que levar preso o filho do Juiz, um jovem inexperiente, e não o Alexandre Benício, (44) um oposicionista ferrenho? Este sim, é quem era, na verdade, um subversivo! Pois estava sempre a fazer agitação contra o Governo no distrito de São Francisco, onde era maioral. E o acusado, homem de idéias conservadoras, viu-se preso e conduzido a Capital, onde permaneceu vários dias detido como perigoso comunista. Coisas que acontecem nos regimes de força. O Juiz, este ao saber da ocorrência não escondia sua indignação. Depois, castigou o filho internando-o por um ano no "Ginásio do Crato", na época dirigido por um grupo de padres integralistas, pois, desejava que o rapaz fosse recuperado.

XXXII
Santas Missões – Frei Antônio e Frei Damião – As Profecias

Um acontecimento religioso da maior repercussão abalaria a cidade de São Vicente Férrer, em princípios de 1936. Foram as santas Missões pregadas pelo famoso Frei Damião de Bozzano, mais conhecido, simplesmente, por Frei Damião. Em sua companhia viera um outro missionário, Frei Antônio de Ferrinca, bem apessoado e de idéias mais arejadas que o primeiro. Cantava e tocava piano, o que fazia muito bem. Frei Antônio preferira antes pastorear as chamadas "gentes boas", às senhoras e senhoritas da classe dominante, a ter de misturar-se com a massa inculta de fiéis. Que cuidasse destes o seu companheiro de jornada evangelizadora, Frei Damião. Madrugada ainda, e já se achava o fervoroso levita acompanhado de suas ovelhas a cantar benditos pelas ruas, despertando os pecadores para os deveres religiosos. A massa de agregados dos coronéis largara seus afazeres nos sítios e nas fazendas para engrossar as fileiras do frade missioneiro. Em suas prédicas Frei Damião pouco diferenciava dos pregadores de antigamente. Se não se aventurava a fazer profecias como o lendário Frei Vidal da Penha, no entanto o alvo de suas condenações era o mesmo ou quase os mesmos. Já não ousava, como Frei Vidal, condenar a Máquina como criação do Homem sob a inspiração do Demônio. (Eles, Frei Antônio e Frei Damião, haviam desembarcado em Lavras de um dos trens da RVC). Todavia, não cessava de condenar aos hereges, maçons e amancebados, convidando-os a mudarem de conduta sob pena de irem todos para o Inferno. Deus – de

acordo com o pregador – saberia premiar ou castigar as criaturas, conforme às boas ou más ações. As boas ações seriam premiadas, principalmente, com os bons invernos. As más ações, estas seriam punidas com as secas, as guerras e as pestes. Para os justos, depois da morte havia o Céu; para os ímpios, o Inferno.- O fato é que a mensagem do frade – talvez por não ser feita em latim – atingia melhor aqueles a quem era destinada do que os sermões dos padres da Paróquia. Frei Damião não tardou em ser considerado santo pelos seus rudes seguidores, que o carregavam nos braços, ao mesmo tempo em que outros por trás iam lhe cortando, como relíquia, pedaços de batina. Desaparecera – temporariamente – o consumo de cachaça das bodegas. E, uma vez terminadas as Santas Missões, vinte e tantos casais de amancebados achavam-se de corpos separados. O que não deixava de ser um milagre de Frei Damião. Falamos em missões, em Frei Damião e suas discutidas profecias, muitas deturpadas pela tradição oral. Vejamos algumas das referidas profecias atribuídas a Frei Vidal da Penha, que escutamos contadas pela lavadeira Maria Isabel, uma velha cabocla natural de Sobral, onde nasceu por volta de 1890, residente em Fortaleza, no bairro do Campo do Pio.

Sobre o automóvel:

Quando vires o bicho dos pés redondos e dos olhos de fogo a correr e a derrubar cercas, ainda não é o "fim". É o "aviso."

Sobre a guerra: Na era de 900 muito chapéu e pouca cabeça. Sobre a mortalidade dos rebanhos: - Prepara a faca para tirar o couro. Sobre a crise de alimentos: - Dia virá em que um menino achando o osso de um boi, perguntará a um mais velho: o que é? E o velho responderá saudoso: - menino,

isto pertenceu a um bicho que os antigos chamavam de boi! Entretanto, das profecias de Frei Vidal a que mais impressionou aos matutos foi, de certo, aquela alusiva ao "bicho dos pés redondos e dos olhos de fogo". O farmacêutico José Ramalho provocou verdadeiro pânico, quando em 1919 entrava com o seu automóvel na cidade de Russas. – É a besta fera! – gritavam apavorados os velhos e crianças, enquanto corriam a mais não poder. Também noutras cidades do Vale do Jaguaribe não foi menor o medo causado pelo "bicho do pé redondo dos olhos de fogo."

XXXIII
O Comandante Guedes, Herói da Batalha da Borracha

As classes dominantes possuem seus heróis, cuja memória procuram preservar através dos monumentos, da nomenclatura das ruas e praças e das histórias que são repetidas de pai para filho. Em Lavras, os heróis são os personagens do Clã dos Augustos: Dona Fideralina, os coronéis Gustavo, Raimundo e João Augusto. Da mesma forma que no Tauá é Dona Dondon Feitosa; em Senador Pompeu, o Coronel Zequinha das Contendas; em Crato, os coronéis Chico de Brito, Nelson do Lameiro e Filemon Teles. Alguns destes personagens lograram perpetuar-se no tempo, tornando-se lendários, como, no caso, Fideralina, Dondon, Zequinha das Contendas, Chico de Brito, Nelson do Lameiro e Domingão da Guaiuba. E o povo? Os servos da gleba, os pequenos proprietários rurais, a massa de trabalhadores dos latifúndios, os caboclos e os cabras explorados pelos coronéis? Não possui o povo seus heróis?

O Ceará é terra de heróis. Daqui partiram os heróis. Daqui partiram os bravos que libertaram o Piauí e o Maranhão do jugo colonialista português. Que povoaram o Amazonas e conquistaram o Acre para o Brasil. Que durante a Segunda Guerra sacrificaram-se ingloriamente na desastrada Batalha da Borracha. São os heróis desconhecidos. Poucos os recordam, a não serem os violentos e os folhetinistas de cordel. Pois iremos falar de um destes heróis do povo, o Comandante Guedes, cujos feitos ouvimos recordados por seus ex comandados – marinheiros de água doce – no porto fluvial de Teresina, no Piauí. Nascido de uma família de pequenos proprietários rurais, no sítio Logradouro, município de Lavras, viveu Antônio Guedes do Espírito Santo, na companhia dos irmãos, a cuidar da lavoura, isso até o ano de 1942, que foi o ano de grande seca no Ceará. Participava, então, o Brasil da Segunda Guerra Mundial. E, como sempre ocorre no momento de crise, o Governo Federal recorreu mais uma vez ao sacrifício dos nordestinos. Cortar borracha no Amazonas para o esforço de Guerra do Brasil. Estava, desta forma, aberta a Batalha da Borracha. E, como estávamos em tempo de flagelo, não faltaram os Soldados da Borracha, os quais morreriam aos milhares vitimados pela maleita e o beribéri, ou devorados pelas feras. Antônio Guedes do Espírito Santo emigrou, aderiu ao esforço de guerra do Brasil. Não como Soldado da Borracha, mas, feito marinheiro. Entrou na Marinha Mercante e já no ano de 1944 era comandante de navio nos rios do Amazonas. Ninguém melhor do que Antônio Guedes do Espírito Santo para comandar embarcações rio-acima-rio-abaixo, no transporte de mercadorias para o nosso esforço de guerra. Para ele não havia mistérios e nem impossíveis nas corredeiras dos

rios e nos igarapés. A embarcação encostava nos ancoradouros improvisados, recebia os carregamentos de borracha e de castanha, e a seguir se fazia de volta a Belém do Pará, onde a esperá-la já se achava um ou mais navio de bandeira ianque. Os embarcadiços admiravam o Comandante Guedes, sua destreza, coragem, espírito de companheirismo. Sentiam-se orgulhosos até em serem seus comandados. Essa admiração cresceu mais ainda a partir do incidente havido com o comandante do barco norte-americano, no Porto de Belém do Pará.(45).

Por ocasião da transferência de um carregamento de borracha, Guedes em conversa com o comandante do barco ianque estranhava o fato de se acharem os rolos da mercadoria escapelados de cima a baixo. Para que haviam feito aquilo? Ao que responde o gringo no seu português espanholado: - É para ver se não há trapaça. O senhor não sabe como são desonestos os seus patrícios?! Mal fechara a boca o insolente e um soco tremendo atirava-o desacordado nas escadas do navio. Estabelecera-se o tumulto, com os marinheiros de ambos os navios tomando a defesa de seus comandantes. Guedes ordenou aos seus que se afastassem enfrentando ele sozinho e colocando fora de combate os marinheiros do barco estrangeiro. Como prêmio pelo seu destemor e sentimento de brasilidade, o lavrense dias depois era substituído no comando do barco. Mas, não se deu por frustrado. Ele havia desafrontado a dignidade do seu povo.

XXXIV

O Paraíso do Beato José Lourenço – Uma Experiência Cooperativista no Território dos Coronéis – Prosperidade e Bem Estar – A Destruição do Caldeirão pela Polícia de Menezes Pimentel – Violência e Rapinagem

Um paraíso diferente do paraíso prometido às massas exploradas no Nordeste por Frei Damião e tantos outros frades missioneiros, surgia nos pés da Serra do Araripe – vizinhanças de Crato e Juazeiro – graças à operosidade e ao espírito de solidariedade de um homem simples, negro e analfabeto. Era o Caldeirão dos Jesuítas, desenvolvido em terras do Padre Cícero por um seguidor do Patriarca, o Beato José Lourenço. No Caldeirão, diferentemente do que ocorria nos sítios e nas fazendas dos coronéis do Cariri, não havia exploração patronal. Ali, os frutos do trabalho eram distribuídos com os próprios produtores, de acordo com as necessidades de cada um. Cooperativismo? Comunidade cristã nos moldes dos Primeiros Tempos? Todavia, rosnavam os reacionários dizendo que aquilo era o puro comunismo e que o Caldeirão era um antro de fanáticos e de comunistas. Um Canudos que surgia perigosamente. Mas, o fato era que nas terras do antigo Caldeirão dos Jesuítas, de agora por diante, Caldeirão do Beato José Lourenço, todos oravam e trabalhavam. Estávamos em uma comunidade de cinco mil habitantes onde se trabalhava e se produzia de acordo com a capacidade de cada um. Havia de tudo no aglomerado: lavradores, vaqueiros, artesãos dos mais variados ofícios. Os obreiros levavam vida rústica, porém feliz. Não lhes faltava nem o de comer nem a moradia. Tratavam-se irmanados, de iguais para iguais. O que era de um era de todos,

pois, o que produziam pertencia à comunidade. Os moradores dos latifúndios vizinhos invejavam aquele viver dos habitantes do Caldeirão, passando muitos deles a lhes fazer companhia. Isso serviu para aumentar ainda mais a odiosidade dos coronéis, já irritados com o exemplo daquele sistema de organização dos agregados do Beato e agora ameaçados de perder seus moradores. A continuar assim, quem iria cuidar dos sítios? Quem iria fazer as moagens? É quando morre Padre Cícero, o dono das terras do Caldeirão. Os coronéis suspiram aliviados. Porque o padrinho em vez de deixar o Caldeirão para o afilhado José Lourenço, como seria de se esperar, deixou-o para os Salesianos, uma irmandade de padres elitistas, afastados do meio e da realidade do Nordeste. Estava, desta forma, aberta a porta para a expulsão do Beato José Lourenço e de todo os seguidores, da Canaã por eles criada. Engendraram uma ação judicial confiada a um rábula, o Sr. Norões Milfont, por sinal também deputado da LEC, o Partido do Interventor Menezes Pimentel. O rábula – e com ele os padres salesianos – queriam receber o Caldeirão de mãos beijadas, sem pagar as benfeitorias dos obreiros. Ora o Caldeirão – malgrado o escarpado onde ficava – era o mais próspero dos sítios da região. Açudes. Muita água armazenada. Lá floresciam fruteiras, as mais diversas, canaviais, roças de algodão e de leguminosas, afora o gado vacum, cavalar, caprinos e ovinos. Milagre do Trabalho. Fruto de dez anos de incansáveis labutas do Beato e de seus seguidores. E dizer-se que os Salesianos queriam tudo aquilo de graça, sem dispensar um tostão pelas benfeitorias... Estávamos em tempo de autoritarismo, de mais um estado de sítio, o que vale dizer que o direito da força imperava mais do que noutros tempos considerados normais. E, nessa conjuntura

nada mais fácil para o rábula-deputado, para os padres salesianos e para os coronéis inconformados com a presença do Beato no Caldeirão do que acionar o aparelho de repressão policial. Isso feito, logo acantonava no Caldeirão, a polícia de Menezes Pimentel e do Secretário Cordeiro Neto, não para manter a ordem – porque o que não faltava no Caldeirão era ordem – mas, para depredar, espancar, roubar, transformar num inferno o sítio que até então se constituíra num paraíso para aquela gente simples, ordeira e trabalhadora. Quem o afirmaria noutras palavras seria o próprio chefe da expedição predadora, o tenente José Góis de Campos Barros. Estávamos no mês de setembro de 1936, um setembro de sofrimento e de sacrifício para os irmanados do Caldeirão, acossados por cento e cinquenta soldados que, de metralhadoras e fuzis em punho, exigiam a evacuação imediata do local. E aquelas criaturas desacostumadas com a violência, que outra coisa não sabiam fazer a não ser trabalhar e rezar, não encontraram outra alternativa senão obedecer. Sairam a força, empurradas pelo coice dos fuzis, enquanto para trás, o Caldeirão era devastado. Quatrocentas casas ardiam em chamas, os açudes arrombados, cercas destruídas, fogo e destruição por toda a parte. Contudo, os predadores tiveram cuidado de resguardar para si, os gados e os armazéns de cereais que seriam conduzidos e comercializados no Crato. A ocorrência criminosa, até hoje omitida ou falseada pelos historiadores das classes dominantes, registrou-se em dias de setembro de 1936, ano em que governava o Ceará, o professor Menezes Pimentel. Na época era Secretário de Polícia o Capitão Cordeiro Neto.

XXXV

Genocídio na Serra do Araripe – Os Massacres de Mata dos Cavalos e Curral do Meio – Severino Tavares e a Resistência Armada – A Morte do Capitão Bezerra e de Parte da Força Policial – Um Relato Impressionante de Tarcísio Holanda

Seguiu-se a retirada do Caldeirão os morticínios de Mata dos Cavalos e Curral do Meio, sem dúvida, o maior genocídio já ocorrido no Brasil, depois de Canudos.

Expulsos do Caldeirão, José Lourenço e muitos de seus seguidores foram alojar-se próximo ao local, nos lugares conhecidos por Mata dos Cavalos e Curral do Meio, na Serra do Araripe. Eram quase dois quilômetros de choupanas, verdadeiras casas de índios, encobertas pelo mato(47) como meio de defesa. Enquanto isso, o Beato constituía dois advogados no fôro do Crato e cobrava na Justiça uma indenização do Estado pelos prejuízos causados à comunidade do Caldeirão. É quando chega de Fortaleza, onde estivera preso, Severino Tavares, um dos secretários de José Lourenço. Severino não era homem só de rezas e do trabalho. Era também homem de briga, desde que brigar se fizesse necessário. Outra é que não acreditava na justiça dos doutores, justiça esse que nunca enxergava o direito dos pobres. Sem mais demoras, ele propôs que se tomasse o Caldeirão pela força, proposta que não teve aceitação nem de José Lourenço nem de Isaías, outro secretário do Beato. Insatisfeito diante da recusa de ambos e não se conformando com aquele estado de coisas, Severino resolve agir por conta própria. Não lhe foi difícil, dado o seu prestígio entre os sertanejos, organizar cerca de trezentos

homens armados de facões, cacetes, foices, espingardas e rifles e partir para a desforra. Iriam vingar-se da polícia, responsável pela desgraça de sua gente, principalmente, do Capitão José Bezerra, que havia comandado o assalto ao Caldeirão.(48) Tarcísio Holanda, o primeiro jornalista a denunciar, de maneira detalhada, corajosa e honesta as trágicas ocorrências do Caldeirão, descreve-nos como aconteceu a chacina da Serra do Araripe, na qual figuram, de um lado Severino Tavares, seus companheiros de luta e a gente sacrificada do Beato José Lourenço; do outro, a polícia do Governador Menezes Pimentel, os capitães José Bezerra, Cordeiro Neto e José Macedo, responsáveis pelo massacre dos refugiados de Mata dos Cavalos e Curral do Meio. – "Em 9 de maio de 1937, o Capitão Cordeiro Neto, Chefe de Polícia, recebia telegrama urgente do advogado e deputado Norões Milfont, comunicando que os "fanáticos" invadiram a cidade de Crato. De Fortaleza segue ordem para que a força policial sediada em Juazeiro, sob o comando do Capitão José Bezerra, atacasse o reduto dos "fanáticos" chefiados por Severino Tavares, localizado na Mata dos Cavalos, a quatro léguas de Crato. No dia 10 de maio, o Capitão José Bezerra segue com 18 praças em um caminhão. Ao aproximarem-se da localidade seguem a pé, seguindo um guia que se oferecera para mostrar onde estavam Severino e seus homens. No matagal próximo, o guia desaparece e os camponeses emboscam os soldados. Os sargentos Jaime e Brasileiro, que sobreviveram ao massacre, relatariam depois na Revista Policial: "Foi um instante dramático. Surgindo do matagal, os fanáticos envolvem o Capitão Bezerra, que não tem tempo sequer de sacar a sua pistola, como dos fuzis não puderam lançar mão os soldados. A luta corpo a corpo se trava

violenta, entre o Capitão e seis soldados de um lado, de outro, cerca de 100 fanáticos armados de rifles, espingardas, foices e cacetes sob a chefia de Severino Tavares. Os fanáticos pareciam visar especialmente, o Capitão e dividiram-se em grupos, de modo a isolá-lo dos praças."(49). Uma foiçada na nuca, que decepou-lhe a cabeça, põe fim a vida do Capitão José Bezerra. A pauladas foram massacrados o Sargento Anacleto, filho do Capitão José Bezerra, um cabo e um soldado. Os soldados feridos são recolhidos ao hospital do Crato. O malogro da força policial causa pânico entre os dirigentes do Estado. Segue imediatamente para o local, o Tenente Assis Pereira com o restante da tropa sediada em Juazeiro, composta por trinta homens. De Fortaleza segue a 1ª Companhia do 1º BC da Força Pública, em um trem especial da Rede Ferroviária Cearense, sob o comando do 1º Tenente Abelardo Rodrigues. O próprio Chefe de Polícia Capitão Cordeiro Neto, consegue autorização do Ministério da Guerra e segue com três aviões (Paraíba, Chaco e C83), sob o comando do Capitão-Aviador José Macedo, para o palco das lutas. No final da tarde do dia 11 de maio, chegavam a Juazeiro, na mesma hora em que chegavam um caminhão com os corpos dos policiais mortos em emboscada da Serra do Araripe e de três camponeses cujos cadáveres, mutilados e amarrados, foram expostos à visitação pública, como sendo, Santo Antônio, Santo Onofre e São Pedro." (50)

Prossegue em seu impressionante relato, o jornalista Tarcísio Holanda: - "Os aviões fazem vôos de reconhecimento, localizam os acampamentos dos camponeses e no dia seguinte metralham e bombardeiam as miseráveis choupanas. Por terra seguiram as forças policiais, parte delas, seguindo para Mata

dos Cavalos, a outra parte ficando acantonada em Santa Fé, de onde seguiriam para a Mata do Rasgão. Deu-se o terrível massacre. Tomados de surpresa, os camponeses, na maioria homens pacíficos e que não tinham participado da luta que culminou com a morte do Capitão José Bezerra, não reagiram. As choupanas foram incendiadas e os seus moradores, ao saírem aterrorizados, eram recebidos com baionetas caladas, fossem eles velhos, mulheres ou crianças. O Beato José Lourenço, com algumas famílias, consegue fugir para Pernambuco." Todavia, o massacre maior estava para acontecer. Continuemos com Tarcísio Holanda em sua reportagem denúncia, publicada no "Jornal do Brasil", edição de 1° fevereiro de 1981: -"Segundo depoimento do Tenente Alfredo Dias, os soldados fincavam as baionetas com tal força, que tinham que usar os pés para retirá-las. Os prisioneiros eram executados sumariamente e alguns tiveram a pele do rosto arrancada a golpes de faca, tal qual se tira o couro de um bode. Os corpos dos camponeses foram amontoados e incinerados com gasolina. Os fugitivos foram perseguidos por toda a serra do Araripe e fuzilados. Muitos dos que conseguiram atravessar a divisa com Pernambuco foram massacrados pelas forças policiais pernambucanas que, avisadas pelo Governador do Ceará, Menezes Pimentel, estavam de prontidão. A CHACINA DEIXOU SALDO DE MAIS DE MIL CAMPONESES MORTOS. O farmacêutico José Geraldo da Cruz encontraria depois, em um só local, 16 crânios de crianças."

Nestes trezentos e tantos anos de história – que é a quanto chega a história do povo do Ceará, a partir da chegada dos primeiros colonizadores – registraram-se numerosos massacres da parte dos expropriadores contra a gente

expropriada, no caso, os indígenas e seus descendentes.

Nenhum morticínio, no entanto, para comparar-se em vulto e barbaridade aos massacres cometidos pelas tropas de Cordeiro Neto e Menezes Pimentel contra os indefesos seguidores do Beato José Lourenço. Verdadeiro genocídio.

XXXVI

Surge um Chefe Guerrilheiro: Severino Tavares! Rompendo o Cerco das Polícias do Ceará e de Pernambuco – Morte em Pau de Colher, na Bahia.

O assalto levado a efeito pela polícia de Cordeiro Neto e de Menezes Pimentel contra o Caldeirão veio provocar o surgimento de um chefe guerrilheiro: Severino Tavares. Natural do Rio Grande do Norte, Severino Tavares chegou ao Juazeiro participando de uma das muitas romarias que seus conterrâneos costumavam fazer ao Padre Cícero Romão Batista. Em Juazeiro não lhe foi difícil entrar em contato com José Lourenço de quem logo se tornaria assessor. Passando a conviver no Caldeirão com a massa dos seguidores do Beato, Severino a exemplo dos demais, vive entregue ao trabalho e as rezas. Certamente, antes não lhe passara ter de substituir a enxada pelo rifle e abater a um semelhante seu. Entretanto, o assalto e o destroçamento do Caldeirão vieram transtorná-lo inteiramente. Severino, ao contrário de José Lourenço, reluta em abandonar o local. É preso e trazido para Fortaleza, onde sofre toda a sorte de torturas e curte na cadeia pública longos meses de prisão. Solto, sob a condição de voltar para o Rio Grande do Norte, Severino volta, mas é para a Serra do Araripe.

Voltava com ele não só o rezador, o homem dos trabalhos pesados, mas, sobretudo, o combatente que se decidira pela luta armada. Neste particular, Severino entra em choque tanto com o Beato quanto com Isaías, homens pacíficos que buscavam para todos os casos soluções dentro da Religião. Daí a não participação dos seguidores de José Lourenço na emboscada preparada contra o Capitão Bezerra, embora viessem a sofrer as consequências do ato sangrento. Os combatentes de Severino, como ficou apurado, foram na maior parte recrutados no sertão e encaminhados para a Serra do Araripe, onde teve lugar a vindita. Na emboscada contra a volante do Capitão José Bezerra, Severino usa da mesma tática de combate empregada pelos cangaceiros, a partir do ataque de surpresa e do envolvimento do inimigo. Era o guerrilheiro que se revelava. Mais uma vez Severino se mostraria adestrado na tática das guerrilhas ao retirar-se incólume, ele e seus homens, do teatro de operações da Serra do Araripe. Rompendo o cerco das polícias do Ceará e de Pernambuco consegue ele chegar à localidade de Pau de Colher, nos sertões da Bahia, onde ingressa no movimento messiânico Circo dos Santos, chefiado pelo Beato Quinzeiro.(51)

Mas, as forças da repressão a serviço dos coronéis latifundiários não dão trégua à gente simplória do interior nordestino, esmagando a ferro e a fogo os seus ideais de libertação econômica e religiosa. Severino Tavares sucumbiria juntamente com os seus em Pau de Colher, no massacre levado a efeito em fins de 1937, quando dois batalhões do Exército e uma companhia da Polícia baiana destruíram a comunidade religiosa ali existente, massacrando cerca de quatrocentos integrantes do Circo dos Santos.(52)

Severino Tavares pela vida de lutas e de sacrifícios em defesa dos ideais de libertação das massas oprimidas do Nordeste, bem merece figurar na galeria dos heróis e dos mártires do Povo Nordestino.

XXXVII

Vida e Morte do Beato José Lourenço – O Herói e o Mártir da Gente Explorada dos Latifúndios – A Justiça Que se Faz.

José Lourenço escapa aos massacres da Serra do Araripe e transfere-se para o vizinho Estado de Pernambuco, onde adquire um sítio denominado de União, nele passando a viver acompanhado de algumas famílias de fiéis seguidores. No sítio União veio ele a falecer vitimado pela peste bubônica no dia 12 de dezembro de 1946, aos 74 anos de idade. Seus restos mortais foram conduzidos por grande massa de devotos, entre choros e lamentações, para o cemitério de Juazeiro, onde lhe deram sepultura. Dizem que depois do padre Cícero foi o sepultamento do Beato o mais concorrido e lamentado de quantos tiveram lugar na cidade de Juazeiro. Era o reconhecimento da gente humilde e sofredora ao seu grande benfeitor, porque José Lourenço, ao contrário dos frades e beatos que só cuidavam da vida eterna, sacrificou-se para minorar as condições de vida do seu povo. A mostra de organização social posta em prática no Caldeirão, valeu como exemplo do que é possível conseguir-se em uma sociedade nos moldes cooperativistas. Embora o bom relacionamento que sempre manteve com os donos de terras, José Lourenço foi, na

verdade, uma vítima da exploração exercida pelos mesmos. Prova disso vamos encontrar, primeiramente, no ano de 1926, quando o Beato se vê forçado a abandonar, sem nenhuma indenização pelas benfeitorias realizadas, a posse de terra do sítio Baixa D'Anta, arrendada de um certo senhor João de Brito. Depois é a vez do Caldeirão com sua monstruosas consequências. O próprio Padre Cícero, dono de tantos sítios e fazendas legadas aos padres Salesianos – incluindo o Caldeirão – esqueceu-se, lamentavelmente, do afilhado José Lourenço, nada lhe deixando em testamento. Mas, já se começa a fazer justiça a José Lourenço, a Severino Tavares, a tantos e tantos outros heróis e mártires das massas sertanejas, vítimas da exploração dos coronéis latifundiários, apresentados como fanáticos ou bandidos pelos historiadores das classes dominantes. Costumam acusá-los pelo atraso e selvageria de suas condições de vida, como se fossem estes verdadeiros servos da gleba e não os coronéis latifundiários, os responsáveis pelo atraso e a miséria existentes no interior nordestino. Nascido na Paraíba e vindo para o Ceará ainda criança, José Lourenço pode ser considerado herói e mártir – e, se quiserem, um apóstolo e um santo – da gente explorada e oprimida do Nordeste.

Recentemente, num programa de televisão, em Fortaleza, o jornalista Rogaciano Leite Filho não vacilou em apresentar José Lourenço ao lado do romancista José de Alencar e da heroína Bárbara de Alencar, como um dos vinte maiores cearenses de todos os tempos.

Enquanto isso, sociólogos como Hildebrando Espínola, teatrólogos como Oswald Barroso, cinegrafistas como Rosemberg Cariri, escritores como Stênio de Aguiar,

jornalistas como J.Figueiredo Filho e, notadamente Tarcísio Holanda, esforçaram-se, por fazer justiça, apresentando a verdadeira imagem do Beato e do Caldeirão dentro da conjuntura social do Nordeste.

XXXVIII
A Vez dos Pistoleiros – Matança de Chefes Políticos no Cariri – O Sindicato do Crime – Homicídios no Jaguaribe

A partir da década de 1950 passaram os pistoleiros a ocupar os lugares dos antigos cabras dos coronéis. Isso em vista da nova conjuntura do País, já não permitir aos chefes políticos a manutenção de bandos armados, como ocorria até 1930. Sem a bravura e a fidelidade de seus antecessores – que matavam e morriam pelos chefes – os pistoleiros eram tipos asquerosos, frios e covardes, agindo exclusivamente, por dinheiro. Pouco se lhes importava ter de executar aos próprios companheiros de ofício, nas "Queimas de arquivos", (eliminação de provas), desde que, para tanto fossem pagos. – "Quando aperto o dinheiro em minha mão – dizia o famigerado Catanã – começo a sentir um ódio tão grande do sujeito a quem vou matar, que só sossego depois que faço o serviço. (53) É dessa época, (década de 1950), a matança no Cariri, de prefeitos e de outros chefes políticos tanto da UDN (União Democrática Nacional), como do PSD (Partido Social Democrático), numa pequena guerra de extermínio visando a conquista de espaço político-partidário, quando não por questões de vingança pessoal.

Primeiro foi o assassinato em Brejo dos Santos do Coronel Zeca Matias pelo pistoleiro Zé de Dó, figurando como mandantes do crime, o Deputado Estadual José Napoleão de Araújo, seu progenitor, o Coronel Napoleão de Araújo Lima, e mais alguns dirigentes da UDN local.

Seguiu-se o assassinato em Lavras da Mangabeira de Alexandre Benício Leite, Coletor Estadual e chefe udenista, por dois pistoleiros. Quase ao mesmo tempo era assassinado pelo famigerado Catanã, o Delegado de Polícia de Araripe, o pessedista Valdemar Rodrigues. Na cidade de Crato era ferido mortalmente por um pistoleiro, o Capitão Plácido Gomes de Sá, prefeito de Santana do Cariri. Antes de morrer, Plácido responsabilizava pelo atentado de que fora vítima aos chefes pessedistas Enoque Rodrigues, Antônio Pereira (Catingueira), Pedro Felício e Wilson Gonçalves.(54) Antônio Pereira e Enoque Rodrigues eram assassinados pouco depois, ao que se dizia, por Aparício Gomes de Sá, filho adotivo do Capitão Plácido Gomes de Sá.(55) Por discordar da orientação política do Clã, o udenista Armando Feitosa, Prefeito de Aiuaba, escapava por um triz de uma emboscada que lhe armara o pistoleiro Catanã, a mando da própria família. Igual sorte, entretanto, não teria Armando Feitosa, anos depois, terminando por tombar assassinado, em maio de 1972, nas mãos de sua odienta parentela.

Os assassinos de aluguel espalhavam a morte e o terror no interior do Ceará. Fatos mais graves do que os do Cariri estavam a ocorrer na região do Jaguaribe onde, segundo denúncia do Deputado Estadual Edilson Távora, mais de cinquenta pequenos e médios proprietários de terras haviam sido assassinados por pistoleiros, isso no ano de 1967. Na

mesma época, o capitão Antônio Diógenes Pinheiro, residente em Jaguaribe-mirim, denunciava ao Deputado Racine Távora ao Secretário de Segurança Pública e ao Governador do Ceará, os nomes de fazendeiros e de pistoleiros responsáveis por numerosos assassinatos. (56) Mas, nenhuma providência foi tomada pelas autoridades em apreço, sucedendo ao denunciante ser assassinado, algum tempo depois, de maneira misteriosa. Cinco anos após – em 1972 – era o Deputado Paes de Andrade quem, por sua vez, denunciava na Câmara Federal a existência do "Sindicato do Crime" no interior do Ceará, (57) com os homicídios tabelados, isso tendo em conta a representatividade das pessoas a serem executadas pelos associados, no caso os pistoleiros. Embora estivéssemos sob um regime de força como era a ditadura dos generais, deixavam de ser adotadas as providências que seriam de se esperar.

NOTAS

(01) - Mais recentemente, em 15/11/1949 "Dom Antônio de Almeida Lustosa institui na Arquidiocese de Fortaleza, a Legião da Decência para combater o sensualismo e o relaxamento de costumes". Ver "Datas e Fatos para a História do Caerá" de José Bonifácio Sousa, na Revista do Instituto do Ceará, pg. 196,ano 1966.

(02) -Expressão criada pelos opositores do Presidente João Tomé e empregada como sinônimo de Todo Poderoso. João Tomé, que era engenheiro, tinha um projeto de máquina para fazer chover. (N. do A .)

(03) - Valemo-nos aqui de uma relação publicada por Abelardo F. Montenegro em seu livro "Fanáticos Cangaceiros", pg. 259, como constante dos representantes da Zona Sul do Ceará que assassinaram em 1911, no Juazeiro, o célebre "Pacto de Harmonia Política".

(04)- Evitaremos sempre em chamá-los de caudilhos, por tratar-se de expressão sem emprego no Ceará. Aqui, o que conhecemos são os chefes, os coronéis, os majores, os mandões, ou ainda, os manda-chuvas. Nunca os caudilhos.(Observação do autor).

(05) - Ver Abelardo F. Montenegro em "Fanáticos e Cangaceiros", pg. 254.

(06) - Abelardo F. Montenegro, obra citada.

(07) - Abelardo F. Montenegro, obra citada, pg. 253.

(08) - Abelardo F. Montenegro, obra citada, pg. 253.

(09) - Abelardo F. Montenegro, obra citada, pg. 254.

(10) - Abelardo F. Montenegro, obra citada, pg. 255.

(11) - Abelardo F. Montenegro, obra citada, pg. 256.

(12) - "Nesse ano – 1906 – conforme informações, na área de quatro comarcas – Pajeú, Salgueiro, Ouricuri em

Pernambuco e Piancó, na Paraíba, bem como em vários pontos do Rio Grande do Norte, vagavam cerca de 800 homens armados que, se acordassem num ataque ao Ceará, levariam tudo de vencida e viriam instalar-se na Capital. Alguns desses cangaceiros apareciam no Cariri, devidamente paramentados. Traziam calças arregaçadas, chapéus de couro de beira alçada, alpercatas, cartucheira a cinta, clavina na mão e faca no cóis. – Abelardo F. Montenegro, obra citada, pg. 254.

(13) - Abelardo F. Montenegro, obra citada.
(14) - Ver Abelardo F. Montenegro, obra citada, pg. 264.

(15)- Ver Joaryvar Macedo: Ataque de Quinco Vasques a Lavras da Mangabeira em "Nossa Mensagem", 1977, Organização de Aparício Fernandes, pgs. 249 a 254.

(16) - Joaryvar Macedo, obra citada.

(17) - Eis o que nos diz Leonardo Mota – Datas e Fatos para a História do Ceará – na Rev. do Instituto do Ceará, ano 1954: - 4/8/1928. Num trem, na estação de Aurora, Isaías Arruda é mortalmente ferido pelos irmãos Antônio e Francisco Paulino – 7/8/1928. Falece em Aurora, Isaías Arruda, baleado no dia 4. O cadáver, em trem expresso foi conduzido pra Missão Velha. (Isaías Arruda era chefe político em Missão Velha, inimigo dos Paulinos de Aurora).

(18) - O principal produto de exportação de Lavras era o

algodão, seguido da rapadura e da cera de carnaúba. A oiticica somente passaria a figurar como mercadoria, a partir do ano de 1932, quando passaram a explorá-la industrialmente em consequência da guerra nipo-chinesa. O óleo da oiticica substituiria ao óleo de linhaça chinesa, cuja importação tornara-se impossível devido ao conflito. (N. do A .)

(19)- Nos anos de 1927-28 Lampião e o seu bando acampavam frequentemente no Tipi (Aurora), e na Serra do Mato (Missão Velha) – N. do A .

(20) - Em fins da década de 1920 o Coronel Lêla Férrer possuia em lavras, uma burra de sela que dizia não ter preço. O comerciante Simões Louro, do Crato, chegara a oferecer-lhe dez contos de réis pelo animal – na época o suficiente para se adquirir um automóvel zero quilômetro ou, por outra, uma boiada de cem cabeças – tudo, no entanto, sem resultado. Na mesma época o Padre Emídio Lemos, professor no Seminário do Crato, esquipava pelas ruas daquela cidade no seu jumento Canindé. Fazia-o com o garbo de um soba africano em sua aldeia natal. (O padre era um mulato alto e forte).

(21) - O Coronel Santana era conhecido como coiteiro de Lampião. O Autor, entre suas lembranças da meninice, recorda ter visto parte do bando fascinoroso sob o comando de Antônio Ferreira, irmão de Lampião, na propriedade do então Prefeito de Missão Velha, pronto para defendê-lo. Foi em 1926, por ocasião da passagem

da Coluna Prestes pelo Ceará.

(22) - Dados fornecidos ao Autor pelo odontólogo Aluisio Férrer, ex-Prefeito de Lavras da Mangabeira.

(23) - Revelação feita ao Autor pelo poeta Cruz Filho, na época Oficial de Gabinete do Presidente Justiniano de Serpa.

(24) - Informação prestada ao Autor pelo poeta Cruz Filho, na época Oficial de Gabinete do Presidente Justiniano de Serpa.

(25) - O episódio foi contado ao Autor pelo Sr. Bernardo, Oficial de Justiça da Comarca de Lavras, em 1934.

(26) - No sertão, os latifundiários quando pretendiam despejar às pressas seus moradores ou arrendatários, faziam-no de maneira abusiva, ordenando que lhes destelhassem as casas. E, quando estas eram cobertas de palhas, mandavam que as incendiassem. No começo da década de 1970, na fazenda Japuára, município de Canindé, registrou-se verdadeira tragédia, com mortos e feridos, devido semelhante abuso de poder. O mais grave é que a polícia, tanto no caso de Japuára como noutros semelhantes, coloca-se ao lado dos fazendeiros arbitrários.

(27) -A "Mulher Rendeira" cantada pelos nordestinos difere daquela que vamos encontrar modalizada no filme o "Cangaceiro", de Lima Barreto. Exclamações como

"olé". Na cantiga entoada pelos cangaceiros havia versos de rara beleza, como aqueles que diziam: - A mulher do seu Ozório/ Tá chorando com uma dor/ Porque não veste vestido/ Da fumaça do vapor/ (N. do A .)

(28) - Trata-se do farmacêutico José de Anchieta Gondim, homem de fino trato, conhecido por Coronel Daudet. As cenas aqui descritas, assim como na maior parte do presente trabalho, foram testemunhadas pelo Autor ou, quando não, informadas por pessoas que as testemunharam.

(29) -Honraria maior receberia o Doutor Floro Bartolomeu da Costa, organizador dos "Batalhões Patrióticos", e que mandara buscar Lampião para combater a Coluna Prestes. Seria condecorado pelo próprio Governo da República com a patente de General Honorário do Exército.

(30) - Contrariamente ao que estava sendo esperado, parte da Coluna Prestes penetrou no Ceará através da localidade de Macapá, (atual Jati), e não de Jardim.

(31) - Ver Leonardo Mota em "Datas e Fatos para a História do Ceará", na Revista do Instituto do Ceará, ano de 1951.

(32) - Leonardo Mota, trabalho citado.

(33) - Leonardo Mota em "Datas e Fatos para a História do Ceará", Revista do Instituto do Ceará, ano de 1951.

(34) - Leonardo Mota, idem, idem.

(35) - No ano de 1951 o Juiz de Direito Floriano Magalhães Benevides foi transferido da Comarca de Sobral por imposição do chefe udenista Dr. José Sabóia de Albuquerque, pelo fato de dar provimento aos recursos trabalhistas impetrados contra uma empresa industrial da qual referido chefe político era diretor.

(36) - Em julho de 1919 era assassinado em Russas o Juiz de Direito Manuel Augusto de Oliveira por ser inimizado com os chefes políticos locais. E no ano de 1932, em Jaguaribe-mirim, era a vez do magistrado Queiroz Lima, assassinado, segundo voz corrente, por ter despachado setença desfavorável a certo fazendeiro da família Diógenes.

(37) - Em jardim, (1928), o magistrado Antônio Galeno se viu sem condições de permanecer na Comarca pelo fato de haver condenado arbitrariedades cometidas por certo delegado de polícia, genro do Prefeito. Antes havia sido vítima de atentado a bala pelo fato de haver processado por crime de ferimentos graves ao Tenente César Borges, delegado militar.

(38) - O Dr. Botelho, Juiz de Jardim, expulso no ano de 1924 por um grupo armado.

(39) - Em Lavras, mesmo depois de 1930, quando se achavam

apeados do Poder, os Augustos influiam nos juris conseguindo a absolvição de seus protegidos.

(40) - A Reforma Judiciária de 1942 instituiu que as partes desprovidas de recursos seriam assistidas pelos chamados "advogados de ofício" pagos pelo Estado. Ocorre, no entanto, que referidos benefícios nunca são prestados, uma vez que os "advogados de ofício" geralmente moram fora das comarcas para as quais foram nomeados, não lhes interessando, por motivos óbvios, advogar aos litigantes pobres. Nem mesmo no foro de Fortaleza a lei tem cumprimento.

(41) - Maria Grande era mulher de cor morena, alta, magra, cabelos aparados à maneira dos homens, vestindo saia e blusa de mescla. Usava alpercatas de rabicho e chapéu de palha. Contou-nos o comerciante Antônio Amâncio haver no ano de 1934 contratado afamado capinador para limpar, juntamente com Maria Grande, a sua plantação de arroz. Havia trabalho para vários dias. Entretanto, logo no dia seguinte o roceiro desistia de trabalhar em tal companhia. Indagado sobre o motivo da desistência, respondeu encabulado: aquela capada de machado me botou para trás todo o tempo. Quando eu limpava uma carreira de mato ela já havia limpado duas. Uma vergonha para mim!

(42) - Adjunto, o mesmo que mutirão.

(43) - O jornalista Amorim Parga, na época estudante de Direito

e pessoa de livre acesso no Palácio da Luz, afirmava-nos ter assistido a um encontro havido entre o Interventor e o industrial Pedro Filomeno, proprietário da Fábrica de Tecidos São José. Na ocasião o Coronel Moreira Lima teria concitado o industrial Pedro Filomeno a entrar em acordo com os operários em greve dizendo-lhe, entre outras coisas, que no seu governo a polícia jamais prenderia ou espancaria trabalhadores e estudantes em greve.

(44) - Alexandre Benício Leite, ex-Vereador e ex-Coletor estadual em Lavras, terminaria assassinado, anos depois, por dois pistoleiros.

(45) - Os fatos acima descritos foram-nos revelados pelos embarcadiços João do Santos e José Ribamar Ferreira no porto sobre o rio Parnaíba, em Teresina, Piauí, no ano de 1960.

(46) -Os fatos acima referidos foram-nos contados pelo Dr. J. Ferreira, médico em Olinda – Pernambuco – a quem coube pregar o insólito "Aviso".

(47) - "O Povo" de 12.5.1937 citado em "Nação Cariri", Ano 1, Nº5.

(48) -Tarcísio Holanda em reportagem publicada no "Jornal do Brasil", edição de 1º. 2. 1981, Rio de Janeiro.

(49) - Tarcísio Holanda na reportagem citada.

(50) - Tarcísio Holanda, idem.

(51) - Rui Facó em Cangaceiros e Fanáticos.

(52) - Rui Facó, obra citada.

(53) -Abelardo F. Montenegro em Fanáticos e Cangaceiros, Editora Henriqueta Galeno, 1973.

(54) - Informação prestada ao Autor pelo advogado José Ribeiro de Matos.

(55) - Informação prestada ao Autor pelo Dr. Dogivaldo Ribeiro, advogado em Fortaleza.

(56) -Abelardo F. Montenegro em Fanáticos e Cangaceiros, Editora Henriqueta Galeno, 1973.

(57) - Abelardo F. Montenegro, obra citada.

ÍNDICE

I. Um espetáculo sempre novo: a passagem dos trens de passageiros em Lavras da Mangabeira - 5

II. Acontecimento memorável: a Estrada de Ferro chega em Lavras da Mangabeira – A viagem do primeiro trem – O Território dos Coronéis - 7

III. A Oligarquia dos Augustos em Lavras da Mangabeira – A Política Caririense – O Clã e suas Lutas pelo Poder - 11

IV. Uma Revolução nos Transportes – Surge um Empório Comercial – Os Coronéis, suas burras e cavalos marchadores – A Chegada da estrada de Ferro à Zona Sul do Ceará - 13

V. Almoçando o inimigo antes que este o jantasse – Raimundo Augusto dá combate a Lampião no Sítio Tipi e Antônio Ferreira glosa o episódio - 14

VI. Coronel Gustavo, modelo do Chefe Político da Época do Coronelismo - 15

VII. O maquiavélico Coronel Correia, de Várzea Alegre – A violência como último recurso - 17

VIII. Cangaço e Folclore – Lampião transformado em defensor da legalidade é recebido como hóspede do Prefeito de Jardim – Outros Sucessos - 20

IX. Fugindo dos "Revoltosos" – A Travessia da Chapada do Araripe rumo a Missão Velha – Outras Notas - 21

X. O Doutor Floro e a resistência aos Revoltosos da Coluna Prestes – A Formação dos "Batalhões Patrióticos"- Os Coronéis, seus Cabras e Cangaceiros na Defesa do Governo – Os Revoltosos no Ceará – A Epopéia da Coluna - 24

XI. Os Coronéis e a distribuição da Justiça – A triste sina dos Juizes e Promotores de Justiça nas Comarcas Interioranas – Justiça só para as pessoas de posses - 28

XII. Conceitos de Honra no meio social interiorano – As punições – O Rabo da Gata – O Viver das "Raparigas" - 30

XIII. No latifúndio o berço do Coronelismo – Primeiro as Sesmarias, depois as Patentes da Guarda Nacional - 32

XIV. Manuel Antônio de Aquino, Pregoeiro da Liberdade em Lavras da Mangabeira - 35

XV. Estranha forma de desestabilizar as oligarquias – A nomeação de Prefeitos Forasteiros – O Tenente Barreira, uma exceção - 38

XVI. A morte que não houve do Coronelismo – A sobrevivência do latifúndio – Os Coronéis de ontem e de hoje - 40

XVII. Entrada de Ano Novo de 1932 em Lavras da Mangabeira – Prenúncios de seca – As "experiências" dos matutos - 42

XVIII. Cumpre-se o prognóstico das "Experiências" – Declarada a Seca – O penar dos trabalhadores e dos pequenos proprietários rurais - 44

XIX. A Revolução Constitucionalista de São Paulo – Carne para canhão – O Voluntariado da Fome e o Matadouro da Serra da Mantiqueira - 46

XX. A Exploração dos "Cassacos" nas Obras da IFOCS – As Jornadas de Trabalho – A Exploração dos Fornecimentos - 48

XXI. A tragédia dos flagelados da Seca de 1932 – Os Campos de Concentração – O Buriti e Suas Vítimas - 49

XXII. Surtem os resultados da Revolução Constitucionalista – Eleições Gerais no País – A Interventoria Felipe Moreira Lima no Ceará - 51

XXIII. A Campanha Eleitoral de 1933 – Os Coronéis prepararam-se para retornar ao Poder – Os Cidadãos da Roça - 53

XXIV. Uma Coalizão obscurantista – Padres e latifundiários unidos nas urnas – A LEC e o Pleito de 1934 - 54

XXV. Ocupação da cidade de Milagres pelos revoltosos da Paraíba - 55

XXVI. A Revolução de 1930 e os Coronéis – A Queda temporária das oligarquias - 56

XXVII. Das Eleições de "bico de pena" ao voto Secreto – Os Currais de Eleitores – Eleitores de Cabresto - 57

XXVIII. Mais uma vez o Coronel Antônio Correia Lima – Alguns casos com o Chefe de Várzea Alegre – Um domador de feras - 59

XXIX. Os Delegados de Polícia – A Lei de Chico de Brito – O Delegado que mandou prender um Cavalo – Os Capitães Peregrino, Firmo e Antônio Pereira – Violência e Folclore - 61

XXX. O fenômeno Padre Cícero – Fanatismo e Folclore: os Romeiros – Um Protesto Escolar Contra o Patriarca - Negada a sua Santidade - 66

XXXI. As Idéias Socialistas na Cidadela dos Augustos - 70

XXXII. Santas Missões – Frei Antônio e Frei Damião – As Profecias - 72

XXXIII. O Comandante Guedes, Herói da Batalha da Borracha - 74

XXXIV. O Paraíso do Beato José Lourenço – Uma Experiência Cooperativista no Território dos Coronéis – Prosperidade e Bem Estar – A Destruição do Caldeirão pela Polícia de Menezes Pimentel – Violência e Rapinagem - 77

XXXV. Genocídio na Serra do Araripe – Os massacres de Mata dos Cavalos e Curral do Meio – Severino Tavares e a Resistência Armada – A Morte do Capitão Bezerra e de parte da força Policial – Um relato impressionante de Tarcísio Holanda - 80

XXXVI. Surge um Chefe Guerrilheiro: Severino Tavares rompendo o cerco das Polícias do Ceará e de Pernambuco – Morte em Pau de Colher, na Bahia - 84

XXXVII. Vida e Morte do Beato José Lourenço. O Herói e o Mártir da Gente explorada dos latifúndios – A Justiça que se faz - 86

XXXVIII. A vez dos pistoleiros – Matança de Chefes Políticos no Cariri – O Sindicato do Crime – Homicídios no Jaguaribe - 88

NOTAS - 90

APEX
Gráfica & Editora
(85) 246.5621

APEX
Gráfica & Editora
(85) 246.5621